



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

Pregão Eletrônico Nº 90016/2026 - SRP

OBJETO: Registro de preços para a contratação de serviços de apoio administrativo e operacional para os dois turnos das Eleições 2026, mediante alocação temporária de postos de trabalho com predominância de mão de obra.

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:
03/06/2026, 14H00MIN**

**MODO DE DISPUTA (FASE DE LANCES):
ABERTO**

AMPLA PARTICIPAÇÃO

São Luís
- 2026 -



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO nº 90016/2026
PROCESSO SEI N. 0004200-42.2026.6.27.8000.

PREÂMBULO

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão – TRE-MA, doravante denominado **TRIBUNAL**, torna público para conhecimento de todos que fará realizar, às **14:00 horas (horário de Brasília)**, do **dia 03/06/2026**, sob o comando do Pregoeiro Oficial, designado pela **PORTARIA Nº 6/2026-TRE-MA/PRES/GABPRES**, de 26 de janeiro de 2026, do Presidente do **TRIBUNAL**, por meio do uso de tecnologia da informação, licitação na modalidade **PREGÃO**, na **FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, pelo sistema de **REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, decorrentes do PROCESSO SEI nº **0004200-42.2026.6.27.8000**.

A licitação será regida pela **LEI Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, DECRETO Nº 8.538/2015, DECRETO Nº 11.462/2023 (SRP)** e demais normas aplicáveis à matéria, naquilo que não contrarie este edital e pelas cláusulas e condições abaixo declinadas.

A Sessão Pública será realizada através do site www.gov.br/compras e conduzida pelo **PREGOEIRO**, na sala da **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**, no 1º andar do Anexo ao prédio sede do **TRIBUNAL**, na Avenida Senador Vitorino Freire, s/nº - Bairro Areinha, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

Todos os horários estabelecidos neste edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no **SISTEMA ELETRÔNICO COMPRASGOV**, daqui por diante denominado **SISTEMA**, e na documentação relativa ao certame.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

1. DO OBJETO

Constitui objeto do presente **PREGÃO o Registro de Preços para serviços de apoio administrativo e operacional para os dois turnos das Eleições 2026, mediante alocação temporária de postos de trabalho com predominância de mão de obra**, conforme especificações deste Edital, seus anexos e abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

ITEM ÚNICO	ORDEM	DESCRIÇÃO GERAL	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA DE POSTOS	QUANTIDADE MÁXIMA DE POSTOS
	1	Serviços de Apoio Administrativo e Operacional - Nível 1	5380	Posto de Trabalho	398	657
	2	Serviços de Apoio Técnico e Operacional - Nível 2			66	78
	3	Supervisor Administrativo	25623		5	6

1.1. A prestação de serviços, objeto desta licitação deverá ser realizada em rigorosa observância ao **Termo de Referência – Anexo I deste Edital** e as normas vigentes que a ele se aplicarem.

1.2. A licitação do objeto será realizada em **único item**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. O valor total máximo estimado para o objeto desta licitação é de **R\$ 8.704.008,26 (oito milhões, setecentos e quatro mil, oito reais e vinte e seis centavos)**, conforme detalhamento no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações dos objetos descritas no **SISTEMA** e as especificações técnicas constantes do Edital, prevalecerão as do Edital.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste **PREGÃO** as licitantes que atenderem a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação constante neste Edital e em seus anexos.

2.2. A Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia, atuará como provedor do **SISTEMA**.

2.3. **Como condição para participação no certame, a licitante deverá declarar:**

- a) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- b) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

- e) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- g) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se for o caso;

2.3.1. DAS MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

I. Aplicam-se a este edital as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

II. As disposições a que se refere o item anterior **não são aplicadas**:

- a) no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- b) no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- c) A obtenção de benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, **devendo a empresa licitante apresentar declaração de observância desse limite na licitação, conforme Art. 4º §§ da Lei nº 14.133/2021.**
- d) nos itens exclusivos para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a ausência de declaração impedirá o prosseguimento no certame;
- e) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência de declaração apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

2.4. A falsidade da declaração prestadas pela licitante correspondente ao SUBITEM 2.3.b caracteriza crime previsto no artigo 299 do Código Penal, sujeitando-o ainda às sanções previstas na Lei 14.133/2021.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

2.5. Pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

- a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

2.5.1. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5.2. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

2.6. Não haverá participação de cooperativas na licitação.

2.7. Não poderá participar deste **PREGÃO** a licitante:

- a) que se encontre em regime de recuperação judicial ou extrajudicial ou ainda com pedido de falência, concurso de credores, processo de insolvência (salvo se o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005);
- b) estrangeira não autorizada a funcionar no país e/ou que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal ou do Distrito Federal, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, tendo por fundamento o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;
- d) impedida de licitar e contratar com a União ou suspensa temporariamente de licitar e impedida de contratar com o **TRIBUNAL**, nos termos do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;
- e) cujo ramo de atividade não seja pertinente e compatível com o objeto deste **PREGÃO** ou que não estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- f) que tenha em seu quadro societário servidor ou dirigente do **TRIBUNAL**;
- g) que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento do **TRIBUNAL**;

h) cujos proprietários e ou/ sócios exerçam mandato eletivo capaz de ensejar os impedimentos previstos no art. 29, inciso IX c/c e art. 54, I, "a" e II, "a", da Constituição Federal;

i) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

j) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

k) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

l) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

m) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

m.1) fica vedada ainda a contratação de empregados(as) que sejam cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes(as) vinculados.

n) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

o) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.8. Para o presente certame, não haverá participação exclusiva de empresas enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

2.8.1. A definição de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta licitação levará em conta o que dispuser a Lei Complementar nº 123/2006.

2.8.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes desta licitação deverão comprovar seu enquadramento e condição através de Declaração Específica registrada em campo específico do **SISTEMA**, facultado ao **TRIBUNAL** se for o caso, promover diligência com a finalidade de comprovar o enquadramento da licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte diante das normas da lei.

2.8.3. A participação fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.9. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar Nº 123/2006;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- f) constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações;
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

2.10 Na hipótese de haver diferença na descrição do objeto registrada no **SISTEMA** (www.gov.br/compras) e nas especificações constantes no Edital, deverá ser considerada a do Edital.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante interessada em participar deste **PREGÃO** deverá providenciar, previamente, o credenciamento perante a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, provedor do **SISTEMA** utilizado nesta licitação, no site (www.gov.br/compras).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao **SISTEMA**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF permite a participação dos interessados em qualquer pregão, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro no SICAF tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.

3.4. O uso da senha de acesso ao **SISTEMA** pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do **SISTEMA** ou ao **TRIBUNAL** responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que provocados por terceiros.

3.5. Ao participar de processo licitatório, o representante legal da LICITANTE, titular de dados pessoais, está ciente de que, para a execução do objeto deste contrato, a CONTRATANTE terá acesso aos seus dados, tais como: número de documentos, endereço eletrônico, cópias de documentos de identificação, bem como, que os referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – Art. 7º, inciso II.

3.6. Caberá à licitante, interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

- a) credenciar-se previamente e se manter credenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- b) remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via **SISTEMA**, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
- c) responsabilizar-se formalmente pelo uso da senha de acesso ao **SISTEMA**, inclusive pelas transações efetuadas em seu nome, e assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do **SISTEMA** ou do **TRIBUNAL** por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- d) acompanhar as operações no **SISTEMA** durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo **SISTEMA** ou de sua desconexão;
- e) comunicar imediatamente ao provedor do **SISTEMA** qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do **PREGÃO**;
- g) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio; e
- h) conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e os manter atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

h.1) A licitante descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

4. DOS PRAZOS E DA DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

a) Período para recebimento das Propostas de Preços e Documentação de Habilitação	Até as 13:59 horas do dia 03/06/2026.
b) Data da abertura das Propostas de Preços	Às 14:00 horas do dia 03/06/2026.

4.1. As licitantes deverão observar as datas e horários, com base no horário de Brasília, previstos para a realização deste **PREGÃO**, nos termos que seguem:

4.2. Este edital poderá ser republicado para atualização dos preços registrados em decorrência deste pregão, com a indicação da data e da hora de realização da sessão pública, dos quantitativos atualizados, se for o caso, e do novo orçamento estimativo, observada a mesma publicidade do certame inicial.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Como requisito para participação, as licitantes devem cadastrar sua **PROPOSTA DE PREÇOS** no **SISTEMA**, o qual solicitará o preenchimento dos dados da proposta e a formalização das declarações.

5.3. As licitantes deverão preencher os “campos” próprios contendo a quantidade, preços e, se houver, marca e modelo, atendendo, ainda, ao que dispõe o SUBITEM 2.3 deste Edital.

5.3.1 A falta indicação de marca/modelo em campo próprio do SISTEMA ou a indicação de marca/modelo em campo próprio do SISTEMA diferente da que for indicada na PROPOSTA DE PREÇOS, por si só, não importará na desclassificação da licitante.

5.4. Na hipótese de haver diferença na descrição do objeto registrada no **SISTEMA** (www.gov.br/compras) e nas especificações constantes no Edital, o licitante deverá formular sua proposta de acordo com o que dispuser o Edital.

5.5. A **PROPOSTA DE PREÇOS** será ofertada pelo critério de **VALOR TOTAL PARA O ITEM ÚNICO (CONSIDERANDO O CUSTO PARA OS DOIS TURNOS DO PLEITO 2026)**, nas condições definidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

5.6. Até a data e hora de início da Sessão Pública prevista neste Edital, a licitante poderá acessar o **SISTEMA** para retirar, alterar ou complementar a **PROPOSTA DE PREÇOS** formulada. Após o início da Sessão Pública, a proposta não poderá mais sofrer alterações ou ser retirada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

5.7. As declarações que compõem as **PROPOSTAS DE PREÇOS** das licitantes serão disponibilizadas para avaliação do **PREGOEIRO** e para acesso público após o encerramento da etapa de lances. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

5.8. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** somente serão solicitados ao LICITANTE VENCEDOR pelo agente de contratação ou comissão em momento posterior à fase da apresentação das propostas e do julgamento.

5.9. A licitante vencedora poderá deixar de apresentar os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** que constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, observadas as restrições do ITEM 10 deste Edital, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DOS AVISOS

6.1. Até a abertura da Sessão Pública, o **PREGOEIRO** poderá expedir avisos no **SISTEMA** para esclarecimento de procedimentos a respeito do certame.

6.2. **Até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública deste **PREGÃO**, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, exclusivamente via e-mail, no endereço: aslic@tre-ma.jus.br.

6.3. Decairá do direito de impugnar perante o **TRIBUNAL** os termos deste Edital aquele que, aceitando-os sem objeção, venha a apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

6.4. Caberá ao **PREGOEIRO** responder às impugnações e aos esclarecimentos no prazo de **até três dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo, se for o caso, auxiliar-se pelo setor requisitante e ainda pela Assessoria Jurídica do **TRIBUNAL**.

6.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não obrigam a suspensão dos prazos previstos no certame, cabendo exclusiva e excepcionalmente ao **TRIBUNAL** esta decisão, de forma motivada.

6.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos apresentadas após as 18h serão considerados, para efeitos dos prazos dos SUBITENS 6.2 e 6.4 como apresentados no primeiro dia útil seguinte, às 8h.

6.7. Os avisos, as impugnações e respectivas decisões, bem como os pedidos de esclarecimentos e suas respostas deverão ser registradas no **SISTEMA** pelo **PREGOEIRO**.

6.8. Se a impugnação for acolhida ou se a resposta aos esclarecimentos importar na modificação do Edital, será definida nova data para abertura da Sessão Pública, sendo o Edital alterado pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original.

6.8.1. Caso a alteração no Edital possa inquestionavelmente afetar a formulação de propostas, o prazo inicialmente estabelecido será reaberto.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. O **PREGOEIRO**, via **SISTEMA**, dará início ao **PREGÃO** com a abertura da Sessão Pública, na data e horário indicados no **ITEM 4** deste Edital.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

7.2. A comunicação entre o **PREGOEIRO** e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagem, em campo próprio do **SISTEMA**.

7.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no **SISTEMA** durante a Sessão Pública do **PREGÃO**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo **SISTEMA** ou de sua desconexão.

7.4. O **PREGOEIRO** verificará as informações previamente cadastradas no sistema, constantes do SUBITEM 5.1 deste Edital, desclassificando desde logo as que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, aquelas que identifiquem o licitante, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

7.4.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no **SISTEMA**, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.5. O **SISTEMA** ordenará, automaticamente as **PROPOSTAS DE PREÇOS** das licitantes classificadas pelo **PREGOEIRO**, sendo que somente elas participarão da fase de lances.

7.6. Ordenadas as **PROPOSTAS DE PREÇOS**, o **PREGOEIRO** dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do **SISTEMA**.

8. DA FASE COMPETITIVA COM A FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar seus lances, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

8.2. O valor ou percentual da **PROPOSTA DE PREÇOS** será considerado o lance inicial da licitante.

8.3. A cada lance intermediário ofertado, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.4. Os lances serão ofertados pelo mesmo critério do **SUBITEM 5.5** deste Edital.

8.5. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto de valor superior ao último por ele ofertado e registrado pelo **SISTEMA**.

8.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.7. Durante a Sessão Pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante detentora do lance.

8.8. Durante a fase de lances, o **PREGOEIRO** poderá excluir, justificadamente, lances intermediários cujos valores sejam considerados inexequíveis.

8.9. Após o encerramento da etapa competitiva de lances, o **PREGOEIRO** deverá encaminhar, pelo **SISTEMA**, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

8.9.1. A negociação será realizada por meio do **SISTEMA**, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. No caso de desconexão do **PREGOEIRO** no decorrer da etapa de lances, se o **SISTEMA** permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.10.1. Quando a desconexão do PREGOEIRO persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão Pública do PREGÃO será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo PREGOEIRO aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.11. Será adotado para o envio de lances no PREGÃO o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.1.1 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1.000,00 (mil reais)**.

8.12. A etapa de lances da Sessão Pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo SISTEMA quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da Sessão Pública.

8.12.1. A prorrogação automática da etapa de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida acima, encerrar-se-á automaticamente essa fase.

8.12.3. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo SISTEMA, poderá o PREGOEIRO, justificadamente, admitir o reinício da fase de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.13. Nos itens (ou grupos, se for o caso) com preço total de referência superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), expressamente indicados no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, devendo, ainda, a própria empresa declarar, em campo próprio do **SISTEMA**, que atende aos requisitos do art. 3º da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 para fazer jus aos benefícios previstos ali previstos.

8.13.1. O **SISTEMA** identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.13.2. Caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de licitantes qualificadas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrarem



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.13.3. A melhor classificada nos termos do SUBITEM anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.13.4. Caso a licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no SUBITEM anterior.

8.13.5. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o PREGOEIRO passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo SISTEMA, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.13.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos em lei.

8.13.6.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o item 8.13.6.

8.13.6.2. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o item 8.13.6, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro processo.

9. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE

9.1. Finda a fase de lances e a negociação, o **PREGOEIRO** examinará o lance classificado em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço, sendo desclassificado o que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível, passando-se à convocação das licitantes subseqüentes, na ordem de classificação.

9.1.1 Considera-se inexequível o lance que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que não tenham sido estabelecidos limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.1.2 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

9.1.3 O **PREGOEIRO**, antes de declarar a inexequibilidade, deverá realizar diligências com essa finalidade, convocando previamente a licitante para manifestação.

9.2. Não incorrendo na inadequação ou incompatibilidade do SUBITEM 9.1, o **PREGOEIRO** providenciará a negociação com a licitante, buscando obter proposta mais vantajosa para o TRE-MA.

9.3. A licitante detentora do **MENOR LANCE** deverá encaminhar no prazo máximo de **20 (vinte) horas**, pelo **SISTEMA**, sua **PROPOSTA DE PREÇOS**, com o valor readequado ao valor do lance



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

vencedor (e, se for o caso, com o valor negociado), bem como os demais dados constantes do SUBITEM 9.6 deste Edital, para sua elaboração.

9.4. Os documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, relativos à proposta, serão encaminhados pela licitante convocada no mesmo prazo do SUBITEM 9.3, mediante convocação específica do **PREGOEIRO**.

9.5. O **PREGOEIRO** examinará a **PROPOSTA DE PREÇOS** quanto à compatibilidade do preço e às especificações constantes do SUBITEM 9.6 e do Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo desclassificada a que não atender às condições do Edital ou apresentar preços acima do máximo estabelecido ou for manifestamente inexequível, passando-se à convocação das licitantes subseqüentes, na ordem de classificação.

9.6. A **PROPOSTA DE PREÇOS** deverá conter as seguintes informações:

a) Razão Social da Pessoa Jurídica, com endereço e número do CNPJ;

b) Preços UNITÁRIOS e TOTAL DO ITEM, em reais, em algarismos, e valor global da proposta, incluídas todas as despesas (remuneração e insumos: auxílios alimentação e transporte, treinamento/capacitação/reciclagem) com mão de obra, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, vedada a inclusão a título de IRPJ e CSLL, e qualquer outra despesa, que incidir na execução dos serviços, bem como, todos os custos com treinamento, desenvolvimento e capacitação da mão de obra a ser alocado na prestação dos serviços contratados devem estar contemplados no preço final da proposta;

c) Quadros-resumo idênticos aos modelos do item 10.1 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital e conforme abaixo:

1º TURNO DAS ELEIÇÕES - VALOR ESTIMADO A CONTRATAR									
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD DIAS DE AGO	QTD DIAS DE SET	QTD DIAS DE OUT	QTD MÍNIMA	QTD MÁXIMA	VALOR UNIT.	TOTAL MÍNIMO	TOTAL MÁXIMO
1	Serviços de Auxiliar de Apoio - Nível 1 (posto)		30	7	398	657	R\$	R\$	R\$
2	Serviços de Auxiliar de Apoio - Nível 2 (posto)		30	7	66	78	R\$	R\$	R\$
3	Serviços de Supervisor (posto)	15	30	7	5	6	R\$	R\$	R\$
4	Diárias Auxiliar de Apoio Nível 1				716	1.183	R\$	R\$	R\$
5	Diárias Auxiliar de Apoio Nível 2				330	390	R\$	R\$	R\$
6	Passagens Auxiliar de Apoio Nível 2				132	156	R\$	R\$	R\$
7	Hora de serviço extra - Auxiliar Nível 1 (adicional de 50%)				6.368	10.512	R\$	R\$	R\$



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

7	Hora de serviço extra - Auxiliar Nível 2 (adicional de 50%)				1.056	1.248	R\$	R\$	R\$
8	Hora de serviço extra - Auxiliar Nível 1 (adicional de 100%)				6.368	10.512	R\$	R\$	R\$
8	Hora de serviço extra - Auxiliar Nível 2 (adicional de 100%)				1.056	1.248	R\$	R\$	R\$
9	Hora de serviço extra - Supervisor (adicional de 50%)				80	96	R\$	R\$	R\$
10	Hora de serviço extra - Supervisor (adicional de 100%)				80	96	R\$	R\$	R\$
11	Vale transporte (sab., dom e feriados)				469	741	R\$	R\$	R\$
12	Vale alimentação (sab., Dom e feriados)				469	741	R\$	R\$	R\$
TOTAL 1º TURNO								R\$	R\$

OBSERVAÇÃO: o valor unitário da DIÁRIA constante na planilha de custos do Tribunal já contempla a incidência de tributos, custos indiretos e a margem de lucro da empresa contratada. Sendo assim, com fulcro nos princípios da dignidade humana e da eficiência administrativa, o valor da diária a ser pago aos profissionais alocados não poderá ser inferior ao valor-base estimado pela Administração, **de R\$ 265,15** (duzentos e sessenta e cinco reais e quinze centavos). Portanto, para fins de lance no certame, a licitante observará esse piso, variando apenas no valor dos encargos incidentes.

2º TURNO DAS ELEIÇÕES -VALOR ESTIMADO A CONTRATAR								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD DIAS DE OUT	QTD DIAS DE NOV	QTD MÍNIMA	QTD MÁXIMA	VALOR UNIT.	TOTAL MÍNIMO	TOTAL MÁXIMO
1	Serviços de Auxiliar de Apoio - Nível 1 (posto)	22		398	657	R\$	R\$	R\$
2	Serviços de Auxiliar de Apoio - Nível 2 (posto)	22		66	78	R\$	R\$	R\$
3	Serviços de Supervisor (posto)	24	15	5	6	R\$	R\$	R\$
4	Diárias Auxiliar de Apoio Nível 1			358	591	R\$	R\$	R\$
5	Diárias Auxiliar de Apoio Nível 2			330	390	R\$	R\$	R\$
6	Passagens Auxiliar de Apoio Nível 2			132	156	R\$	R\$	R\$
7	Hora de serviço extra - Auxiliar Nível 1 (adicional de 50%)			3.184	5.256	R\$	R\$	R\$
8	Hora de serviço extra - Auxiliar Nível 2 (adicional de 50%)			528	624	R\$	R\$	R\$
8	Hora de serviço extra - Auxiliar Nível 1 (adicional de 100%)			6.368	10.512	R\$	R\$	R\$



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

9	Hora de serviço extra - Auxiliar Nível 2 (adicional de 100%)			1.056	1.248	R\$	R\$	R\$
9	Hora de serviço extra - Supervisor (adicional de 50%)			40	48	R\$	R\$	R\$
10	Hora de serviço extra - Supervisor (adicional de 100%)			80	96	R\$	R\$	R\$
11	Vale transporte (sab., dom e feriados)			469	741	R\$	R\$	R\$
12	Vale alimentação (sab., Dom e feriados)			469	741	R\$	R\$	R\$
TOTAL 2º TURNO							R\$	R\$
TOTAL GERAL (1º e 2º turnos)							R\$	R\$

c.1) Os preços propostos não poderão ser superiores aos valores estimados pela Administração, sob pena de desclassificação. No caso da DIÁRIA, o valor estimado constante na planilha de custos do Tribunal já contempla a incidência de tributos, custos indiretos e a margem de lucro da empresa contratada. Sendo assim, com fulcro no princípios da dignidade humana e da eficiência administrativa, o valor da diária a ser pago aos profissionais alocados não poderá ser inferior ao valor-base estimado pela Administração, **de R\$ 265,15** (duzentos e sessenta e cinco reais e quinze centavos). Portanto, para fins de lance no certame, a licitante deverá observar esse piso, variando apenas no valor dos encargos incidentes.

c.2) A proposta deverá conter prazo de validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura da Sessão Pública, e dados da licitante, tais como: telefone, e-mail, banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento (facultada a apresentação destas informações quando da contratação).

d) Juntamente com a proposta, a licitante deverá apresentar:

d.1) Planilhas de custo da mão de obra envolvida na execução dos serviços, bem como dos demais custos envolvidos na contratação (diárias, passagens, hora de serviço extra, vale-transporte e vale-alimentação), apresentando ainda, quando cabível, as respectivas memórias de cálculo;

d.2) Declaração informando o enquadramento sindical do licitante, informando a sua atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

d.3) Cópia da carta ou do registro sindical do sindicato ao qual o licitante declara ser enquadrado;

d.4) Cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

d.5) Declaração de que é responsabilidade do licitante a veracidade das informações prestadas, assumindo a responsabilidade integral por eventuais erros no enquadramento sindical ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, sujeitando-se às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

e) **Requisitos da Contratação**, de acordo com o **ITEM 4** do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

f) **Requisitos de Sustentabilidade**, conforme **ITEM 4.5** do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

g) **Modelo de Execução dos Serviços**, conforme **ITEM 5** do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

h) **Modelo de Gestão do Contrato**, de acordo com o **ITEM 9** do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

i) **Características dos serviços ofertados**, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

j) **Prazo de validade**, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da Sessão Pública;

l) **Dados da licitante** tais como: telefone, e-mail, banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento (facultada a apresentação destas informações quando da contratação);

9.7. A Administração não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, nem às disposições que tratem de obrigações e direitos aplicáveis somente aos contratos com a Administração Pública.

9.7.1.1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da licitante, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

9.7.1.2. A licitante inscrita no SIMPLES NACIONAL, não poderá elaborar sua proposta considerando em sua planilha de custos e formação de preços alíquotas do Simples Nacional, por força do disposto no Art. 17, inc., XII da Lei Complementar n.º 123/06. A proposta já deve contemplar a formação de preço compatível com o Lucro Real ou Presumido.

9.7.1.3. As propostas poderão ser analisadas pelo setor demandante, que poderá solicitar ao(a) pregoeiro(a) fazer diligências visando ao esclarecimento sobre as especificações dos serviços ou elucidar outras questões correlatas.

9.7.2. Todos os dados informados pela licitante em suas planilhas deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

9.8. O **PREGOEIRO** analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

9.8.1. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo **PREGOEIRO**, desde que não haja majoração do preço proposto.

9.8.2. Dentre outros, considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.

9.8.3. **Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa – RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, a licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.**

9.8.3.1. Na hipótese aventada no subitem 9.7, a licitante optante pelo Simples Nacional, que por ventura venha a ser CONTRATADA, deverá comunicar a contratação para a prestação dos serviços à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação (celebração do Contrato), apresentando à CONTRATANTE, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do Termo Contratual, cópia dos sócios, com comprovantes de entrega e recebimento. (Acórdão TCU n.º 2.798/2010 – Plenário e IN SLTI nº 2/2008).

a) Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o Contratante, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

b) A base para estabelecimento de critérios de repactuação de preços serão as Convenções Coletivas de Trabalho dos Sindicatos, ou ainda, na ausência de regulação por tais instrumentos, o preço praticado no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente.

9.9. O **PREGOEIRO**, no julgamento das propostas, poderá realizar diligências ou requisitar informações, incluindo esclarecimentos e detalhamentos sobre elas, sem implicar modificação de seu teor ou inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente.

9.9.1. A não apresentação das informações solicitadas implicará no julgamento no estado em que se encontram as propostas, podendo resultar em sua desclassificação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

9.10. No julgamento da proposta, o **PREGOEIRO** poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, fundamentando e registrando sua decisão no **SISTEMA**.

9.11. A vedação à inclusão de novo documento no art. 64 da Lei de Licitações e contratos, Lei 14.133/2021, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

9.12. O **PREGOEIRO** poderá solicitar à licitante o envio de **PROPOSTA DE PREÇOS** retificada, para correção de erros formais.

9.13. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta, o **PREGOEIRO** poderá suspender o **PREGÃO** e marcar nova data para seu julgamento, ficando intimadas, no mesmo ato, as licitantes.

9.14. O **PREGOEIRO** poderá encaminhar a **PROPOSTA DE PREÇOS** para análise técnica de setor competente ou da autoridade superior.

9.15. A classificação das propostas dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO**, sendo considerada vencedora a que ofertar o **MENOR LANCE** e que atender às condições do Edital.

9.16. Caso haja agrupamento de itens, o critério do SUBITEM 9.13 deverá levar em conta o somatório dos itens e a adjudicação deverá ser realizada para todo o grupo.

9.17. Decorrido o prazo de validade da **PROPOSTA DE PREÇOS** sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, cabendo, no caso, negociação com o **TRIBUNAL** para manter o preço proposto.

9.18. O **TRIBUNAL** poderá solicitar à licitante a prorrogação do prazo de validade da **PROPOSTA DE PREÇOS** por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado à licitante recusar ou aceitar o pedido; no caso de concordância, a **PROPOSTA DE PREÇOS** não poderá ser modificada.

9.19. Verificando-se discordância entre o preço unitário e o total da **PROPOSTA DE PREÇOS**, prevalecerá o primeiro, sendo corrigido o preço total; ocorrendo divergência entre valores numéricos e os por extenso, prevalecerão os últimos. Se a licitante não aceitar a correção de tais erros, ocorrerá sua desclassificação, convocando-se a licitante subsequente classificada, se houver.

9.20. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação da **PROPOSTA DE PREÇOS** serão de responsabilidade exclusiva da licitante.

9.21. A apresentação da **PROPOSTA DE PREÇOS** obriga a licitante vencedora ao cumprimento de todas as condições deste Edital, sujeitando-se às sanções previstas neste Edital e na legislação aplicada à espécie.

9.22. A Administração utilizou norma coletiva de trabalho vencida para elaboração da pesquisa de preços, devendo as licitantes que a adotarem observar tal norma na formulação de suas propostas, assegurando-se à empresa CONTRATADA direito à repactuação, após registro da nova norma coletiva de trabalho.

10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

10.1. Após declarada a licitante vencedora, o **PREGOEIRO**, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, verificará o eventual descumprimento das condições de participação quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante verificação aos seguintes cadastros:

- a) Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- e) Cadastro de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

10.1.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

10.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o **PREGOEIRO** diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, devendo convocar previamente a licitante para manifestação.

10.1.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

10.1.6 Constatada a existência de sanção, o **PREGOEIRO** reputará a licitante desclassificada, por falta de condição de participação.

10.2. Não incorrendo a licitante em sanções impeditivas, o **PREGOEIRO** consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à sua habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, e, se for o caso, em relação à qualificação econômica financeira e/ou habilitação técnica.

10.3. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da Sessão Pública.

10.3.1 Em se tratando de documentos não contemplados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF ou se as informações do SICAF não estiverem atualizadas na data de abertura



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

da Sessão Pública, a licitante deverá encaminhar, em conjunto com a apresentação da **PROPOSTA DE PREÇOS**, a respectiva documentação atualizada.

10.3.2 O descumprimento acima implicará na inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo **PREGOEIRO** lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.3.2.1 A indisponibilidade de consulta, ainda que temporária, por qualquer motivo, ao sítio eletrônico oficial, no momento da verificação pelo **PREGOEIRO**, também importará em inabilitação da licitante.

10.3.3 Se os documentos e as informações no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF continuarem desatualizadas ou tais documentos não estejam previstos no SICAF), o **PREGOEIRO** deverá convocar a licitante para apresentação dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** atualizados no prazo do SUBITEM 10.4 deste Edital caso não seja possível ou não logre êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s) na consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões.

10.4. Havendo a necessidade de envio de **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via **SISTEMA**, no prazo de **04 (quatro) horas**, sob pena de inabilitação.

10.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.7. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.7.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.8 Ressalvado o disposto nos SUBITEMS 5.7 e 10.3, as licitantes deverão encaminhar, nos termos do SUBITEM 5.2, a documentação relacionada a seguir, para fins de habilitação:

10.8.1 Habilitação jurídica:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

- d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.8.1.1 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.8.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
 - d) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
 - e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;
 - g) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- e.1) caso seja considerada isenta dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- h) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- f.1) caso seja considerada isenta dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.8.2.1 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006, sob pena de inabilitação.

10.8.3 Habilitação Técnica

10.8.3.1. A licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

10.8.3.1.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante gerencia ou gerenciou serviços terceirizados de complexidade similar, nos termos da lei nº 14.133/2021;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

10.8.3.1.1.1. Considera-se como quantidade compatível o gerenciamento de no mínimo 234 postos (que corresponde ao limite legal de 50%, tomando como referencial a quantidade mínima de postos).

10.8.3.1.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

- a) Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;
- b) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- c) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior (Anexo VII-A, art. 10.6 Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017);

10.8.3.1.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

10.8.3.1.4. A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços;

10.8.3.1.5. Os documentos apresentados por uma mesma licitante para fins de qualificação técnica poderão estar referidos a todos os seus estabelecimentos;

10.8.4. Qualificação Econômico-Financeira

10.8.4.1. Para fins de demonstração da **qualificação econômico-financeira** será exigida:

- a) Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante, com emissão de até 60 dias antes da abertura da Sessão Pública;
 - a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), através das fórmulas abaixo, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

I – Liquidez Geral (LG) = -----;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

II – Solvência Geral (SG) = -----; e
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

III – Liquidez Corrente (LC) = -----
Passivo Circulante

b.1) As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos acima, em vista dos riscos para a administração, deverão comprovar patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para a contratação.

b.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.3) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c) Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou lote pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

c.1) Para fins de cálculo, a Administração cadastrará como parâmetro o período de 12 (doze) meses correlatos à contratação, considerando o prazo de apuração anual das demonstrações financeiras.

d) Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

d.1) A declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social.

d.2) Quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

e) Caso seja necessário, a Contratante poderá diligenciar junto à licitante acerca das declarações prestadas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

10.9. Desde que atenda a todas as demais exigências do Edital e observado o disposto no SUBITEM 10.8.2.1, constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e/ou trabalhista de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o certame será suspenso e a licitante será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério do PREGOEIRO, quando requerida pela licitante, mediante justificativa apresentada dentro dos primeiros 5 (cinco) dias úteis.

10.9.1. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após esses prazos de regularização fiscal e/ou trabalhista.

10.9.2. A não-regularização fiscal e/ou trabalhista no prazo previsto no SUBITEM anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a continuidade do certame, convocando-se a licitante subsequentemente classificada, se houver.

10.10. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, o **PREGOEIRO** poderá suspender o **PREGÃO** e marcar nova data para seu julgamento, ficando intimadas, no mesmo ato, as licitantes.

10.11. O **PREGOEIRO** poderá encaminhar os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** para análise técnica de setor competente ou da autoridade superior.

10.12. O **PREGOEIRO**, constatando que a licitante atende a todas as condições de habilitação exigidas neste Edital, proclamá-la-á HABILITADA. Aquela que deixar de apresentar a documentação exigida ou apresentar de forma irregular será proclamada INABILITADA.

10.13. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Imediatamente após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, o **PREGOEIRO** abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, em campo próprio do **SISTEMA**, para manifestação de intenção de recurso dos licitantes.

11.1.1. A intenção de recorrer deverá ser apresentada no prazo referido acima, sob pena de preclusão.

11.1.2. As razões recursais deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis cotados da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do Art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento.

11.1.3. A apreciação dar-se-á em fase única.

11.2. Qualquer licitante é parte legítima para apresentar contrarrazões, também via **SISTEMA**, em igual prazo, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.3. Decorridos esses prazos, o **PREGOEIRO** terá o prazo de 3 (três) dias úteis para proferir sua decisão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

11.3.1. Caso não reconsidere sua decisão, o **PREGOEIRO** submeterá o recurso, com a sua motivação, à consideração da autoridade superior do **TRIBUNAL**, que proferirá decisão definitiva, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Os autos do processo licitatório permanecerão com vista franqueada aos interessados na **ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÃO - ASLIC**, no endereço indicado neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A Sessão Pública poderá ser reaberta nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da Sessão Pública precedente ou em que seja anulada a própria Sessão Pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Declarada a vencedora e exauridos os recursos administrativos, a **AUTORIDADE SUPERIOR**, através do **SISTEMA**, fará a adjudicação e homologação do objeto desta licitação à vencedora.

13.2. A autoridade superior procederá à homologação do certame, após verificar cumpridos os requisitos deste Edital e da legislação aplicável.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/21, comete infração administrativa a licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial, quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) Deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com o especificado (quando houver previsão em edital).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

14.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

14.1.5. Fraudar a licitação.

14.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.1.8.1. A empresa que praticar ato lesivo fica submetida à Resolução n. 10.141/2023 – TRE-MA, que dispõe sobre a regulamentação do Processo Administrativo de Responsabilização objetiva, administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, nos procedimentos licitatórios e contratos administrativos, publicada no Diário de Justiça Eletrônico do TRE-MA do dia 17 de novembro de 2023.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou adjudicatárias as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência (aplicada às faltas leves, de menor gravidade, que não acarretarem prejuízo de monta ao interesse do serviço);
- b) Multa (aplicada no percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do orçamento estimado pela Administração Pública;
- c) Impedimento de licitar e contratar (para infrações de maior gravidade); e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (para infrações que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção de impedimento de licitar e contratar).

14.2.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que resultarem das condutas sancionadas para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1 e 14.1.2 a licitante estará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) a 1% (um por cento) do valor do orçamento estimado pela Administração Pública.

14.5. Para as infrações previstas nos itens 14.1.3 e 14.1.3.1, a licitante estará sujeita à multa de até 10% (dez por cento) do valor do orçamento estimado pela Administração Pública.

14.6. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4 a 14.1.8 a licitante estará sujeita a multa 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do orçamento estimado pela Administração Pública

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1 a 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4 a 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1 a 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

14.9. Nos termos da Lei nº 14.133/21, fica a licitante vencedora sujeita às penalidades previstas na Minuta do Contrato – Anexo III deste Edital.

14.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. As multas imputadas, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

14.16. A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

14.17. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.18. Deverão ser observadas, ainda, as disposições previstas na **CLÁUSULA DÉCIMA** da Minuta do Contrato – Anexo III deste Edital.

14.19. Os atos administrativos de aplicação de sanções serão publicados no Diário Oficial da União e registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

14.20. A autoridade superior, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.21 As notificações serão realizadas por meio dos endereços de correio eletrônico (e-mail) cadastrados no SICAF e indicados na proposta, se houver.

14.21.1. É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA manter seus dados cadastrais, especialmente o endereço de e-mail, devidamente atualizados no SICAF e monitorar diariamente o recebimento de comunicações, incluindo caixas de spam (lixo eletrônico) ou similares.

14.21.2 Para as notificações referentes à apuração e aplicação de penalidades, rescisão contratual ou quaisquer outros atos que impliquem o exercício do contraditório e da ampla defesa, relacionadas tanto à fase licitatória quanto à fase contratual, será adotado o seguinte procedimento, ficando expressamente dispensada a notificação por via postal (Correios):

a) A CONTRATANTE enviará a notificação para o domicílio eletrônico (e-mail) oficial da CONTRATADA, sendo que a contagem do prazo para manifestação iniciar-se-á no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

primeiro dia útil seguinte à data em que a CONTRATADA confirmar o recebimento do e-mail.

b) Caso a CONTRATADA não confirme o recebimento do e-mail no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data do seu envio, a CONTRATANTE providenciará a notificação por meio de publicação de extrato no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), a partir do terceiro dia útil e, nessa hipótese, a contagem do prazo para manifestação iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte à data de publicação da notificação no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), independentemente de qualquer outra comunicação."

15. DO PAGAMENTO

15.1. De acordo com a **CLÁUSULA TERCEIRA** da Minuta do Contrato – Anexo III deste Edital.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL

16.1. O **TRIBUNAL** obriga-se a cumprir todas as exigências editalícias, inclusive as que estão estabelecidas na **CLÁUSULA QUINTA** da Minuta do Contrato – Anexo III deste Edital.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

17.1. A licitante vencedora obriga-se a cumprir todas as exigências editalícias, inclusive as que estão estabelecidas na **CLÁUSULA SEXTA** da Minuta do Contrato – Anexo III deste Edital.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, será lavrada a Ata de Registro de Preços - ARP, no modelo do Anexo II deste Edital.

18.2. A Ata de Registro de Preços é um compromisso de fornecimento dos objetos firmado pela licitante vencedora e se destina a subsidiar o acompanhamento dos preços e as responsabilidades assumidas.

18.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.3.1. O prazo poderá ser prorrogado por solicitação justificada da licitante adjudicatária e aceita pela Administração.

18.4. A Ata de Registro de Preço terá prazo de vigência de 01 (um) ano, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado que o preço permanece vantajoso, conforme art. 84 da Lei n. 14.133/2021 c/c os arts. 15, IX e 22 do Decreto n. 11.462/2023.

18.4.1 Com a prorrogação da Ata de Registro de Preço, ficam renovados os quantitativos do período inaugural, caracterizando prorrogação em sentido amplo.

18.5. Previamente à assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração realizará consulta para verificar eventuais sanções impeditivas na forma do SUBITEM 10.1 deste Edital e quanto às condições de habilitação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

18.6. Na hipótese de irregularidade quanto às condições de habilitação, a licitante vencedora deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e anexos.

18.6.1. O prazo poderá ser prorrogado por solicitação justificada da licitante adjudicatária e aceita pela Administração.

18.7. Se a licitante vencedora estiver impedida ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, serão convocadas as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, celebrando-se com elas o compromisso representado pela assinatura da Ata de Registro de Preços, independentemente da cominação prevista no artigo 90, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

18.8. A licitante que tenha seus preços registrados obrigará-se a cumprir todas as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-os ao quantitativo solicitado pela Administração.

18.9. Os bens objeto da Ata de Registro de Preços serão solicitados de acordo com a necessidade do **TRIBUNAL** e a execução será nas condições definidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

18.10. Não poderá haver adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos não participantes do certame, tendo em vista o entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU por meio do Acórdão 1297/2015-Plenário, TC 003.377/2015-6, relator Ministro Bruno Dantas, 27.5.2015.

18.11. O registro da licitante vencedora será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;
- b) não retirar a Nota de Empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27 do Decreto n.º 11.462/2023; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.11.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas acima será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.12. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao **TRIBUNAL** promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 25 do Decreto n.º 11.462/2023.

18.13. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TRE-MA convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados.

18.13.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

18.13.2. Na hipótese prevista no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 28 do Decreto 11.462/2023.

18.14. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao TRE-MA a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso:

18.14.1. o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas;

18.14.2. na hipótese de comprovação, o TRE-MA atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado

18.14.3. na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo TRE-MA e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro;

18.14.4. na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o TRE-MA convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto 11.462/2023;

18.14.5. se não obtiver êxito nas negociações, o TRE-MA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

18.15. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, a contratação será formalizada pelo **TRIBUNAL** por meio de instrumento contratual nos moldes do Modelo da Minuta de Contrato - Anexo III deste Edital, ou ainda, quando for o caso, pela emissão da nota de empenho, ordem de serviço ou outro instrumento similar, conforme dispõe o art. 95, da Lei nº 14.133/2021.

18.16. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.16.1. O prazo poderá ser prorrogado por solicitação justificada da licitante adjudicatária e aceita pela Administração.

18.17. Previamente à formalização do Contrato, a Administração realizará consulta para verificar eventuais sanções impeditivas na forma do SUBITEM 10.1 deste Edital e quanto às condições de habilitação.

18.18. O Contrato a ser firmado terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 14.133/2021.

18.19. O **TRIBUNAL** providenciará a divulgação do extrato de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial da União - DOU, por intermédio da Coordenadoria de Licitações, Aquisições e Contratos - COLAC, no prazo de vinte dias úteis, contados da data de sua assinatura.

18.19.1. A publicação do extrato resumido do Contrato poderá ser acompanhada pelo CONTRATADO no site www.in.gov.br.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

18.20. O **TRIBUNAL** poderá rescindir o Contrato desde que ocorra qualquer das hipóteses previstas no artigo 137, da Lei nº 14.133/2021, com as consequências indicadas no seu artigo 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela Lei e neste Edital, nas condições estabelecidas na Minuta do Contrato – Anexo III deste Edital.

18.21. A rescisão do Contrato não eximirá a contratada da aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e seus anexos.

19. DO CADASTRO DE RESERVA

19.1. O Cadastro de Reserva será formado através do registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços:

- a) com preços iguais aos da licitante vencedora;
- b) mantendo suas propostas originais;

19.1.1. A convocação para formação do Cadastro de Reserva será feita pelo **PREGOEIRO** ao final da sessão.

19.2. A apresentação de novas propostas na forma do SUBITEM 19.1 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante melhor classificada.

19.3. Quando houver a necessidade de contratação, serão observados os procedimentos de aceitabilidade das propostas bem como avaliadas as condições de habilitação das licitantes.

20. DA DURAÇÃO DO CONTRATO

20.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços terão **vigência de 06 (seis) meses**, com início no primeiro dia útil subsequente à publicação do seu extrato no Diário Oficial da União (D.O.U), devendo ser divulgado no PNCP, no prazo de vinte dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme previsto no **ITEM 1.5** do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

21. DA GARANTIA CONTRATUAL

21.1. De acordo com a **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** da Minuta do Contrato – Anexo III deste Edital.

22. DA CONTA VINCULADA

22.1. De acordo com a **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** da Minuta do Contrato – Anexo III deste Edital.

23. DA VISTORIA

23.1. Não se aplica

24. DA RESERVA DE VAGAS A MULHERES EM CONDIÇÃO DE ESPECIAL VULNERABILIDADE ECONÔMICO-SOCIAL

24.1. As empresas contratadas deverão atender ao Programa “Transformação”, de caráter permanente e de fluxo contínuo, instituído pela Resolução nº 497/2023 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que tem como objetivo fomentar a adoção de políticas afirmativas as que possibilitem



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

a redução das desigualdades e inclusão social no mercado de trabalho de mulheres integrantes de grupos vulneráveis.

24.2. Entende-se como mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social:

I – mulheres vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, em razão do gênero, no contexto doméstico e familiar;

II – mulheres trans e travestis;

III – mulheres migrantes e refugiadas;

IV – mulheres em situação de rua;

V – mulheres egressas do sistema prisional; e

VI – mulheres indígenas, camponesas e quilombolas.

24.3. As empresas contratadas deverão reservar, no mínimo, 5% (cinco por cento) das vagas nos contratos que envolvam prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do disposto no inciso XVI do caput do art. 6º da Lei n. 14.133/2021, para as mulheres incluídas nas situações previstas no item 23.2 deste Edital.

24.4. Pelo menos metade do total de vagas reservadas, ou seja, no mínimo, 2,5% (dois vírgula cinco por cento) das vagas deverão ser destinados a mulheres vítimas de violência no contexto doméstico e familiar, de que trata o item 23.2.I deste Edital.

24.5. Para fins do item 23.4, deverão ser observadas também as disposições da Resolução Nº 10.101/2023 - TRE-MA e do Acordo de Cooperação Técnica n. 243/2023 - TRE-MA, publicado no Diário de Justiça Eletrônico – TRE-MA do dia 22 de novembro de 2023.

24.6. A reserva de vagas somente se aplica a contratos com quantitativos mínimos de 25 (vinte e cinco) colaboradores(as).

24.7. O percentual mínimo de mão de obra estabelecido no caput deverá ser mantido durante toda a execução contratual.

24.8. As vagas serão destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas.

24.9. A indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual não caracteriza descumprimento da reserva de vagas.

25. DA RESERVA DE VAGAS A MULHERES PARA ATENDIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO

25.1. As empresas contratadas deverão atender à Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário, instituída pela Resolução nº 255/2018 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que tem como objetivo fomentar a participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia.

25.1.1 As empresas contratadas deverão reservar para mulheres, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das vagas nos contratos que envolvam prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

25.1.2 Para a composição equânime, por mulher compreende-se mulher cisgênero, mulher transgênero e fluida.

25.1.3 A indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual não caracteriza descumprimento da reserva de vagas.

25.1.4 A observância da paridade de gênero admitirá flexibilização no que tange às funções insalubres e com jornada noturna.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. O edital deste **PREGÃO** se encontra disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e também nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras e www.tre-ma.jus.br.

26.2. Quaisquer informações relativas a esta licitação serão prestados pelo **PREGOEIRO** e membros da equipe de apoio na **Assistência de Análise e Licitações - ASLIC**, localizada no primeiro andar do Anexo ao Prédio Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, situado na Av. Senador Vitorino Freire, s/n, Areinha, São Luís, através dos telefones: (98) 2107-8876/8823, ou pelo e-mail aslic@tre-ma.jus.br, em dias úteis, de segunda a quinta, no horário das 13 às 19h e na sexta, das 8 às 14h, obedecidos os seguintes critérios:

- a) Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre interessados e o **TRIBUNAL**;
- b) Os casos omissos serão resolvidos pelo **PREGOEIRO**, que decidirá com base nas normas conduzidas pela legislação em vigor aplicada à espécie.

26.3. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no **SISTEMA**, imediatamente disponibilizada na *internet*, para acesso livre.

26.4. Fazem parte integrante deste Edital o Anexo I – Termo de Referência, Anexo II – Ata de Registro de Preços e Anexo III – Minuta do Contrato.

São Luís, 15 de maio de 2026.

MATEUS MARINHO ALENCAR
Chefe da ASLIC



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de **serviços de apoio administrativo e operacional para os dois turnos das Eleições 2026**, mediante alocação temporária de postos de trabalho¹ com *predominância de mão de obra* (Supervisor Administrativo e Auxiliares de Apoio às Eleições - Níveis 1 e 2).

Tabela 1

ITEM ÚNICO	ITEM	DESCRIÇÃO GERAL	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA DE POSTOS	QUANTIDADE MÁXIMA DE POSTOS
	1	Serviços de Apoio Administrativo e Operacional - Nível 1	5380	Posto de Trabalho	398	657
	2	Serviços de Apoio Técnico e Operacional - Nível 2			66	78
	3	Supervisor Administrativo	25623		5	6

1.2. Os serviços objeto desta contratação são classificados como **comuns**, nos termos do 6º, XIII da Lei 14.133/2021. Classificam-se ainda **como não contínuos** (por escopo) e com **predominância de mão de obra** (dada a necessidade de dedicação exclusiva dos profissionais alocados ao contrato – ainda que por curto período – e a representatividade do custo da mão de obra na formação do preço).

1.3. O objeto será adjudicado por **ITEM ÚNICO**, conforme justificativas constantes no Estudo Técnico Preliminar.

¹ Na terminologia adotada neste instrumento, cada posto corresponde a um profissional alocado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

1.4. A contratação será realizada com uso do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, consoante art. 3º, V do Decreto n. 11.462/2023.

1.5. **Vigência Contratual:** o prazo de vigência do contrato será de **6 (seis) meses**, contados do primeiro dia útil após a sua publicação.

1.6 **Período de Execução:** a execução efetiva ocorrerá nos meses de **agosto a novembro de 2026**, conforme indicado neste instrumento e Calendário Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação fundamenta-se na necessidade imperiosa de garantir a infraestrutura operacional e logística necessária à realização das **Eleições Gerais de 2026**, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA). A missão institucional de assegurar a legitimidade e a celeridade do processo eleitoral impõe um volume extraordinário de atividades que excede, em muito, a capacidade operacional ordinária do quadro efetivo de servidores deste Tribunal.

2.2 O problema administrativo a ser mitigado é a discrepância sazonal entre a demanda de trabalho e a força de trabalho disponível. Durante o ano eleitoral, especialmente no período que antecede o pleito (e no dia de sua realização), as Zonas Eleitorais e as unidades da Secretaria sofrem um acréscimo exponencial de demandas operacionais que não podem ser suportadas apenas pelos servidores do quadro, quais sejam:

a) Preparação e Logística de Urnas: Necessidade de reforço operacional para limpeza, testes funcionais, carga, lacre, distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e de lona, atividades que possuem prazos fatais e improrrogáveis.

b) Suporte aos Locais de Votação: Garantia de apoio *in loco* aos mesários e eleitores nos dias de votação, solucionando incidentes operacionais de baixa complexidade que poderiam paralisar seções eleitorais.

c) Transmissão de Resultados: Necessidade de apoio na montagem e operação de pontos de transmissão (incluindo via satélite) em localidades de difícil acesso, essenciais para a celeridade da totalização dos votos.

Vale ressaltar que a contratação de apoio administrativo para organização de pleitos eleitorais encontra respaldo no art. 12, § 1º, inciso II da **Resolução TSE nº 23.702/2022**:

§ 1º Poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

assuntos que constituem área de competência legal do Tribunal Eleitoral, especialmente as seguintes atividades de apoio administrativo:

I - ao alistamento eleitoral e à revisão eleitoral; e

*II - à **organização dos pleitos**.*

§ 2º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

2.3 Além disso, a não satisfação desta necessidade resultaria em **risco crítico** à realização do pleito, podendo ocasionar falhas na logística de distribuição das urnas, atraso na divulgação dos resultados e comprometimento da imagem institucional da Justiça Eleitoral perante a sociedade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Perfil profissional, qualificação e atributos mínimos

Tabela 2

PERFIL PROFISSIONAL	QUALIFICAÇÃO E REQUISITOS MÍNIMOS
Supervisão	a) Idade mínima de 18 anos; b) Ensino médio completo; c) Capacidade de liderança e gestão de equipes; d) Disponibilidade para deslocamentos no âmbito do Estado do Maranhão. e) Não ser filiado a qualquer partido político e não exercer atividade político-partidária no período da contratação; f) Não ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros de diretórios de partidos políticos, de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	candidatos registrados no pleito de 2026 no Estado do Maranhão, de juízes ou de servidores da Justiça Eleitoral, (efetivos, requisitados ou comissionados).
Apoio Administrativo/Operacional (Nível 1)	<p>a) Idade mínima de 18 anos;</p> <p>b) Ensino Médio completo;</p> <p>c) Capacidade para execução de tarefas padronizadas (carga e lacre de urnas, limpeza de equipamentos e organização de filas);</p> <p>d) Conhecimentos básicos de informática;</p> <p>e) Não ser filiado a qualquer partido político e não exercer atividade político-partidária no período da contratação;</p> <p>f) Não ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros de diretórios de partidos políticos, de candidatos registrados no pleito de 2026 no Estado do Maranhão, de juízes ou de servidores da Justiça Eleitoral, (efetivos, requisitados ou comissionados).</p>
Apoio Técnico/Operacional (Nível 2)	<p>a) Idade mínima de 18 anos;</p> <p>b) Ensino Médio completo;</p> <p>c) Conhecimento técnico intermediário em informática e operação de sistemas, necessário para atuar nos pontos de transmissão via satélite e no suporte de primeiro nível às urnas eletrônicas;</p> <p>d) Não podem, em hipótese alguma, ser portadores de marca-passo, devido à interferência de micro-ondas das antenas dos equipamentos de comunicação via satélite,</p> <p>e) Disponibilidade para deslocamento pelo interior do estado (MA), para atuar em locais de votação com postos de transmissão.</p> <p>f) Não ser filiado a qualquer partido político e não exercer atividade político-partidária no período da contratação;</p> <p>g) Não ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros de diretórios de partidos políticos, de</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	candidatos registrados no pleito de 2026 no Estado do Maranhão, de juízes ou de servidores da Justiça Eleitoral (efetivos, requisitados ou comissionados).
--	--

4.2. Requisitos de disponibilidade e capilaridade

4.2.1 A contratada deve possuir capacidade operacional para recrutar, selecionar e alocar pessoal em **todas as Zonas Eleitorais do Estado do Maranhão** (capital e municípios do interior), garantindo a presença da força de trabalho nas datas críticas do cronograma eleitoral (treinamentos, carga/lacre e dias de votação).

4.2.2 Garantia de reposição imediata de colaboradores em caso de faltas ou desligamentos, dada a exiguidade e premência dos prazos eleitorais.

4.3 Requisitos de flexibilidade operacional (jornada e deslocamento)

4.3.1 A solução contratada deve prever:

4.3.1.1 Serviços Extraordinários: Capacidade jurídica e operacional para a realização de horas suplementares (horas extras) e trabalho em dias de repouso, respeitados os limites da legislação trabalhista (CLT) e mediante autorização prévia da Gestão/Fiscalização Contratual do TRE-MA.

4.3.1.2 Mobilidade Geográfica: Disponibilidade dos postos para deslocamentos (viagens) entre os municípios do estado do Maranhão, garantindo a logística necessária para atendimento das demandas de vistoria, transmissão e suporte em locais remotos.

4.4. Requisitos de neutralidade e conformidade legal (segurança eleitoral)

4.4.1 Os profissionais responsáveis pela execução dos serviços a serem contratados deverão observar e enquadrar-se nas seguintes restrições legais:

4.4.1.1 Vedação ao Nepotismo: em conformidade com a Resolução CNJ nº 07/2005, é vedada a contratação de familiares de magistrados ou de servidores ocupantes de cargo de direção ou assessoramento no TRE-MA. Nesse sentido, não será permitida a alocação de postos que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros de diretórios de partidos políticos, de candidatos registrados no pleito de 2026 no Estado do Maranhão, de juízes ou de servidores da Justiça Eleitoral, seja do quadro efetivo, requisitado ou sem vínculo (ocupante de cargo comissionado)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

4.4.1.2 Neutralidade Partidária: dada a natureza da atividade (lidar com processos eleitorais), estabelece-se como requisito a vedação de atuação de colaboradores que possuam filiação partidária ativa, exerçam atividades político-partidárias ou tenham parentesco com candidatos no pleito, visando assegurar a isonomia e a lisura do processo.

4.5. Critérios/Requisitos de Sustentabilidade

4.5.1 Devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam na legislação ambiental, notadamente na Portaria TRE-MA nº 1306/2023, no Plano de Logística Sustentável do TRE/MA, na Resolução nº 400/2021 do CNJ e nos manuais sobre o tema:

4.5.1.1 Critérios Sociais: adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados. Priorizar a contratação de mão de obra local.

4.5.1.2 Critério Ambiental: a gestão contratual (folhas de ponto, contracheques, comunicações) deve ser realizada, preferencialmente, por meios digitais, reduzindo o consumo de papel e insumos de impressão.

4.6. Subcontratação

4.6.1 A subcontratação não será admitida.

4.7. Garantia Contratual

4.7.1 Será exigida a garantia contratual prevista no art. 96 da Lei n. 14.133/2021, no percentual de 5% do valor do contrato, na forma e nas condições estabelecidas no contrato.

4.8. Vistoria Técnica

4.8.1 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Do início da execução

5.1.1 A prestação dos serviços será iniciada com a alocação dos postos nos locais de execução, após a publicação do contrato e recebimento da Ordem de Serviço (OS) pela Contratada, observados os seguintes períodos e prazos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

Tabela 3

Posto	PERÍODO - 1º TURNO	PERÍODO - 2º TURNO (SE HOUVER)	PRAZO PARA ALOCAÇÃO DOS POSTOS NOS LOCAIS DE EXECUÇÃO, CONTADOS DO RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO PELA CONTRATADA
Supervisor Administrativo	17/08/26 a 07/10/2026	08/10/26 a 15/11/2026	10 (dez) dias corridos
Auxiliar de Apoio Administrativo e Operacional - Nível 1 e Auxiliar de Apoio Técnico e Operacional - Nível 2	01/09/26 a 07/10/2026	08/10/26 a 29/10/2026	15 (quinze) dias corridos

5.2 Das etapas do processo de mobilização/ desmobilização e da seleção/recrutamento dos Postos de Trabalho

5.2.1 O processo de mobilização e desmobilização do posto de trabalho se dará com a abertura das ordens de serviço (OS), em processo resumido abaixo:

- a) Solicitação dos postos de trabalho pela Contratante (via OS);
- b) Contratação dos postos de trabalho pela Contratada;
- c) Alocação dos postos de trabalho nos locais solicitados pela Contratante (início da atuação do posto de trabalho);
- d) Desmobilização dos postos após a execução do serviço, considerando o período informado na OS.

5.2.2 Na **ordem de serviço** constarão as seguintes informações mínimas:

- a) Número da OS;
- b) Data de emissão;
- c) Local (ais) e período(s) de execução dos serviços;
- d) Tipo(s) de posto(s);
- e) Serviços a serem executados;
- f) Custo estimado da OS, considerando os períodos e postos;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

g) Nome e assinatura do Fiscal/Gestor do Contrato, autorizando a execução da ordem.

5.2.3 Do recrutamento dos postos de trabalho

5.2.3.1 A Contratada deverá disponibilizar, no prazo de até **10 (dez) dias consecutivos**, contados da publicação do contrato, **sistema interligado à internet para a inscrição de candidatos**, com vistas à seleção para o preenchimento dos postos de trabalho.

5.2.3.2. Referido sistema deverá ser mantido em pleno funcionamento, 24 (vinte quatro) horas por dia, durante todo o período de inscrição e seleção de candidatos.

5.2.3.3 Os postos de trabalho serão selecionados com base nas exigências dos perfis indicados neste Termo de Referência.

5.2.3.4 Por razões de economicidade, sustentabilidade e eficiência administrativa, **sugere-se**, no caso do posto de **Auxiliar de Apoio Administrativo e Operacional - Nível 1**, a **contratação de profissionais residentes nos municípios abrangidos pela Zona Eleitoral de atuação**. Caso a Contratada opte por contratar profissionais residentes em circunscrição diversa da sugerida, deverá arcar com os custos adicionais (deslocamento, hospedagem, etc.).

5.3. Das Condições de Execução

5.3.1 Dos **locais de execução e quantidades de postos**: conforme detalhamento constante do **ANEXO I**.

5.3.2 Dos **dias e horários** de prestação dos serviços

5.3.2.1 A execução ordinária do serviço se dará da seguinte forma:

- a) de segunda a sexta-feira, de 8h a 17h;
- b) aos sábados, de 8h a 12h (em caso de necessidade)

5.3.2.2 No cumprimento do período de execução acima indicado, deverão ser observados os limites estabelecidos na legislação trabalhista (8 horas diárias e 44 horas semanais), bem como o intervalo mínimo de 1h para descanso e refeição.

5.3.2.3 Não será admitido o trabalho em domingos e feriados, a não ser em casos especiais autorizados pela Gestão do Contrato, mediante abertura de OS Específica, de forma que não sejam comprometidos os limites para execução das horas de serviços extras estimadas neste instrumento.

5.3.3 Do **controle da frequência** e da **compensação de horas**

5.3.3.1. A Contratada deverá manter **sistema de controle de frequência** eficaz para todos os profissionais alocados, podendo ser realizado por meio de **folhas de ponto manuais, registros**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

eletrônicos ou qualquer outra modalidade auditável, desde que assegurada a fidedignidade das marcações e o fiel cumprimento do horário de execução estabelecido.

5.3.3.2. Banco de Horas e Compensação: será instituído regime de banco de horas, nos termos da legislação trabalhista vigente, permitindo que variações na jornada (horas a maior ou a menor) sejam compensadas dentro do próprio mês (em caso de acordo individual entre empregado e empregador) ou do período de vigência do contrato (em caso de acordo ou convenção coletiva de trabalho). A contratada deve gerir esse saldo de forma proativa, enviando mensalmente à Fiscalização Contratual o Relatório de Horas Trabalhadas, detalhando os créditos e débitos de cada colaborador para fins de planejamento operacional.

5.3.3.3. Ajustes Financeiros por Não Execução: sempre que a Administração identificar a desnecessidade ou falta de prestação do serviço em determinados dias ou períodos, a ausência de execução resultará no abatimento proporcional dos valores na planilha de custos da contratada. Esse ajuste assegura o cumprimento do Princípio da Economicidade, impedindo o pagamento por postos de trabalho não utilizados efetivamente pelo Tribunal.

5.4. Do transporte para os locais de votação

O transporte dos postos para os **locais de votação** - onde serão executadas algumas das atividades especificadas neste Termo de Referência - será de responsabilidade da Contratante.

5.5. Das atividades dos postos de trabalho

5.5.1 Atividades do posto de **Supervisor** (que não se confunde com a figura do preposto):

- a) Orientar os Auxiliares de Apoio quanto às tarefas a serem executadas e normas a serem seguidas, primando pela padronização das rotinas, conforme instruções da Contratada;
- b) Auxiliar no controle de ponto, mobilização, substituição e desmobilização dos postos de trabalho;
- c) Auxiliar na execução da logística definida pela Gestão do Contrato para os deslocamentos dos auxiliares de apoio;
- d) Identificar e repassar aos fiscais setoriais a necessidade de capacitação para os auxiliares;
- e) Acompanhar o desempenho dos auxiliares, pugnando inclusive pela substituição em caso de inaptidão;
- f) Instruir os auxiliares acerca de suas atribuições, visando capacitá-los para o cumprimento das atividades e das normas da Contratante;
- g) Elaborar relatórios operacionais sobre as atividades dos auxiliares, propondo melhorias e/ou correções quando necessário;
- h) Fiscalizar se as ordens de serviço estão sendo cumpridas convenientemente, indicando melhorias ou correções, caso estas sejam necessárias;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

- i) Auxiliar na obtenção e conferência dos documentos necessários à instrução dos processos de pagamento, notadamente dos documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista;
- j) Desenvolver outras atividades relacionadas ao desempenho dos auxiliares de apoio, solicitadas pela Gestão Contratual;
- k) Auxiliar a fiscalização para o recebimento, em forma preferencialmente digitalizada e organizada por zona eleitoral, a partir do 1º dia útil de cada mês, dos relatórios individuais de trabalho (folhas de ponto) do mês anterior, encaminhando tais documentos à fiscalização do Contrato, até o 5º dia útil do mês, para subsidiar a autorização de pagamento das notas fiscais;
- l) Auxiliar nas atividades de recrutamento, seleção, contratação, substituição, pagamentos e desmobilização dos postos de trabalho a ser realizado pela(s) empresa(s);
- m) Prestar informações à fiscalização/gestão contratual, quanto ao andamento dos trabalhos;
- n) Atender às demandas dos postos alocados, na forma e prazo estabelecidos no subitem 5.9.2.

5.5.1.1 Caso seja conveniente à Administração, poderá ser disponibilizado à Contratada um espaço físico na sede do TRE-MA para a execução das atividades atribuídas ao Supervisor.

5.5.2 Atividades do posto de **Auxiliar de Apoio Administrativo e Operacional - Nível 1:**

- a) Carga, preparação, testes e lacres das urnas para eleições oficiais;
- b) Testes em computadores com os sistemas em fase simulado;
- c) Simulados de eleições para homologação dos sistemas;
- d) Simulados de transmissão, recepção e totalização de votos;
- e) Operações em computadores com os sistemas em fase de produção;
- f) Oficialização dos sistemas de transmissão de arquivos de urnas;
- g) Levantamento da infraestrutura dos locais de votação;
- h) Registro de informações levantadas;
- i) Registro de informações levantadas;
- j) Treinamento aos mesários e colaboradores das eleições sobre o uso da urna eletrônica;
- k) Auxílio ao trabalhos de distribuição das urnas eletrônicas;
- l) Substituição de urnas com defeito (antes e durante a votação);
- m) Transmissão dos arquivos das urnas eletrônicas após a votação.
- n) Preparação logística e administrativa do serviço eleitoral
- o) Trabalhos logísticos de entrega e recolhimento das urnas entre o Fórum/Cartório Eleitoral e os locais de votação
- p) Procedimentos logísticos para recolhimento e organização dos materiais utilizados nas eleições;
- q) Serviços de apoio administrativo aos servidores da Justiça Eleitoral, como organização de documentos, elaboração de relatórios e planilhas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

- r) Após a eleição, desembalar as urnas, realizando a limpeza da urna e seus componentes e, depois, reorganizar todas as urnas eletrônicas dentro de suas caixas, conforme orientação do manual técnico das urnas e relatando ao Chefe de Cartórios situações de avaria e danos.
- s) Auxiliar o cartório eleitoral em todas as atividades realizadas nos municípios-termo, desde que necessárias e compatíveis com as atribuições do seu perfil profissional.

5.5.3 Atividades do posto de **Auxiliar de Apoio Técnico e Operacional - Nível 2:**

5.5.3.1 Todas as atividades previstas para o Apoio Administrativo e Operacional (Nível 1) e mais a **operação equipamentos de comunicação via satélite** nos Pontos Avançados de Transmissão (PATs).

5.5.3.2 Dada a natureza das atividades inerentes ao perfil de **Apoio Técnico e Operacional (Nível 2)**, que compreendem a operação direta e a proximidade com equipamentos de comunicação via satélite, estabelece-se a **PROIBIÇÃO** da alocação de profissionais portadores de **marca-passos** ou dispositivos médicos eletroeletrônicos similares.

Tal impedimento é de caráter absoluto e fundamenta-se no dever de cautela da Administração com a integridade física do colaborador. A operação das antenas de transmissão via satélite envolve a emissão de **micro-ondas**, as quais possuem potencial técnico para gerar **interferências eletromagnéticas críticas** no funcionamento de dispositivos cardíacos artificiais.

Dessa forma, a restrição visa mitigar riscos ocupacionais graves, assegurando que o ambiente de trabalho e as ferramentas de transmissão não representem ameaça à vida dos prestadores de serviço, em estrita observância às normas de medicina e segurança do trabalho.

5.6 Além de atender aos requisitos previstos no subitem 4.1, todos os profissionais envolvidos na prestação dos serviços deverão:

- a) Cumprir as normas internas da Contratante;
- b) Demonstrar agilidade no desempenho de suas funções, sem afetar a qualidade dos serviços;
- c) Demonstrar organização profissional, eficiência, ética profissional e comprometimento com o trabalho;
- d) Manter limpo e harmonioso o ambiente de trabalho, cuidando do material, equipamentos, máquinas e acessórios, de modo a mantê-los em bom estado de conservação;
- e) Demonstrar atenção às orientações recebidas;
- f) Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente à chefia da unidade;
- g) Manter-se atualizado sobre novos materiais, técnicas e procedimentos da sua área de atuação;
- h) Demonstrar controle emocional e capacidade para enfrentar e/ou solucionar situações de emergência;
- i) Demonstrar senso de responsabilidade;
- j) Cumprir o horário de execução previsto;
- k) Evitar brincadeiras, discussões e uso excessivo de equipamentos eletrônicos no ambiente de trabalho;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

- l) Não tratar de questões pessoais durante a execução do serviço;
- m) Tratar as pessoas com educação e urbanidade;
- n) Demonstrar espírito de equipe;
- o) Executar as atividades previstas neste Termo de Referência;
- p) Comunicar-se com clareza;
- q) Comparecer ao seu local de trabalho em boas condições de higiene pessoal e vestimenta adequada para o acesso ao Tribunal, no momento de sua entrada e saída do Tribunal;
- r) Utilizar os equipamentos a que tiver acesso exclusivamente para o serviço;
- s) Evitar outras atividades não correlatas àquelas desenvolvidas na unidade;
- t) Manter sigilo das informações que porventura tenha obtido quando do desempenho das suas funções, sob pena de ser substituído e ensejar aplicação de penalidade à CONTRATADA, sem prejuízo das indenizações cabíveis e da responsabilidade civil e criminal.
- g) Zelar pela utilização e consumo racional dos materiais disponibilizados.

5.7 Da prestação de serviços extraordinários

5.7.1 Poderá ser solicitada a realização de atividades em horário suplementar, mediante ordem de serviço específica (OSE) para a realização de serviços extraordinários, a ser emitida pela Gestão do Contrato.

5.7.1.1 A emissão da OSE pode ser mensal ou geral, por turno de eleição, e deverá ser emitida com **antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis** antes da realização dos serviços extraordinários.

5.7.1.2 A Gestão do Contrato abrirá as ordens de serviço relativas às horas de serviço extra da véspera e do dia da eleição, sem necessidade de demanda pelas Zonas Eleitorais.

5.7.1.3 Para as demandas excepcionais, a chefia de cada Zona Eleitoral deverá demandar a abertura da respectiva ordem de serviço à Gestão Contratual.

5.7.2 O Chefe de Cartório da Zona Eleitoral – designado como fiscal local ou setorial – é responsável por supervisionar a frequência dos auxiliares e deverá observar o limite estipulado de horas extras, controlando rigorosamente a sua realização e utilizando a compensação de horas para ajustar, dentro das 44h da jornada semanal, os trabalhos que ocorrerem em sobrejornada nos dias úteis e sábados.

5.7.2.1 Somente serão contabilizadas as horas extraordinárias depois de cumpridas as 44 horas semanais de serviço ordinário.

5.7.3 O Fiscal Setorial deverá observar rigorosamente os limites estabelecidos na planilha estimativa de horas de serviços extras e a vedação ao trabalho em feriados e domingos, exceto o dia da eleição.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

5.7.4 Não serão consideradas para pagamento de horas de serviços extras executadas sem a respectiva ordem de serviço emitida pela Gestão do Contrato.

5.8. Da previsão de deslocamentos e dos custos correspondentes (diárias e passagens intermunicipais)

5.8.1 Do deslocamento entre municípios COM transporte custeado pela Justiça Eleitoral

5.8.1.1 Quando houver necessidade, por força dos trabalhos inerentes ao período eleitoral, o Tribunal poderá solicitar, mediante emissão de ordem de serviço específica (OSE), o deslocamento de Auxiliares de Apoio entre municípios do interior do estado (notadamente entre o município-sede e seus termos), com o correspondente custeio, pela Contratada, das despesas com pernoite e alimentação (diária). Nesse caso, não haverá despesa com transporte, que ficará a cargo do TRE-MA.

5.8.1.2 A OSE deverá indicar:

- a) O município destino;
- b) O período de movimentação;
- c) O número de diárias;
- d) O valor líquido a ser pago para cada auxiliar e o valor a ser faturado pela empresa, que deverá estar em conformidade com a proposta vencedora;

5.8.1.3 Somente serão pagas as notas fiscais referentes a deslocamentos realizados mediante emissão da OSE pela Gestão do Contrato.

5.8.2 Do deslocamento SEM transporte proporcionado pela Justiça Eleitoral

5.8.2.1 A modalidade de deslocamento intermunicipal não provido diretamente pela infraestrutura de transporte da Justiça Eleitoral restringir-se-á à hipótese em que os **Auxiliares de Apoio Técnico e Operacional (Nível 2)** necessitem transitar de seus municípios de exercício para a sede do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, em São Luís, a fim de receberem **treinamentos e capacitações técnicas presenciais**, devendo os custos correspondentes às passagens e diárias - já considerados na planilha estimativa de custos da contratação - ser cobertos pela Contratada e observar os critérios e limites estabelecidos neste instrumento e na ordem de serviço específica.

5.8.3 Do valor mínimo da diária a ser pago aos profissionais alocados

No que tange aos custos de deslocamento (diárias), estabelece-se como condição essencial que o valor repassado aos profissionais alocados não poderá, sob qualquer pretexto, ser inferior ao valor-base estimado pela Administração — de **R\$ 265,15 (duzentos e sessenta e cinco reais e**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

quinze centavos). Tal valor, obtido por meio de pesquisa de preços no mercado hoteleiro e de transportes, representa o custo mínimo para que o colaborador suporte suas despesas de hospedagem e locomoção intermunicipal durante a prestação do serviço. Logo, qualquer retenção sobre ele configura severo prejuízo à dignidade do trabalhador e à própria execução contratual.

É fundamental destacar que o valor unitário constante na planilha de custos do Tribunal já contempla tanto a incidência de tributos quanto dos **custos indiretos e da margem de lucro da empresa contratada (a parte variável do custo)**.

Portanto, a fixação de um "pisso" para as diárias respalda-se nos princípios *da Dignidade da Pessoa Humana e da Eficiência Administrativa*. Ao assegurar que o colaborador receba o montante integral necessário para sua manutenção em municípios diversos de sua sede, a Administração evita que o trabalhador seja submetido a condições precárias de alojamento ou alimentação, ou que tenha que arcar com custos do próprio bolso para trabalhar, prejudicando a própria execução do objeto. A Justiça Eleitoral, como guardiã da democracia, deve zelar para que os vínculos de trabalho sob sua égide sejam pautados pelo respeito aos direitos fundamentais e pela garantia de condições dignas de trabalho.

5.8.5 Do prazo para pagamento das diárias

5.8.5.1 A Contratada pagará antecipadamente as diárias indicadas na Ordem de Serviço, por dia de deslocamento, observando as seguintes condições:

- a) Em caso de viagens programadas e informadas à Contratada com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, o pagamento das diárias de viagem deverá ser efetuado ao empregado até o dia anterior ao do deslocamento.
- b) Caso a Contratada não seja informada no prazo descrito na alínea anterior, o pagamento das respectivas diárias de viagem deverá ocorrer em até dois dias úteis após a comunicação de ocorrência de viagem efetuada pela Gestão/Fiscalização do Contrato.

5.8.6 Do método de cômputo das diárias

5.8.6.1 Deslocamentos sem pernoite para quaisquer municípios do estado - como, por exemplo, o retorno ao município de exercício no mesmo dia do deslocamento - não necessitam de abertura de ordem de serviço e nem ensejam pagamento de diária.

5.8.6.2 Será devida uma diária de viagem para cada dia de deslocamento que implique pernoite em município diverso daquele em que o profissional foi alocado.

5.8.6.3 Havendo pernoite fora do município de exercício, o deslocamento destinado ao retorno à sede de origem ensejará o pagamento de **meia diária** ao profissional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

5.8.7 Do faturamento das diárias e passagens

5.8.7.1 As despesas com diárias e/ou passagens cobertas pela Contratada serão pagas pelo Contratante em nota fiscal apartada, acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Cópia da(s) OS que autorizou o serviço, onde já constará o valor líquido devido a cada auxiliar e o valor a ser faturado pela empresa;
- b) Comprovante de pagamento dos valores líquidos devidos aos Auxiliares;
- c) Comprovante de pagamento de passagens, quando for o caso.

5.8.7.2 A falta destes documentos poderá comprometer a análise dos valores apresentados pela Contratada, retardando o processo de pagamento.

5.9 Da estrutura de comunicação necessária à execução do contrato

5.9.1 Da comunicação entre CONTRATADA E CONTRATANTE

5.9.1.1 A estrutura administrativa de operações da empresa contratada deverá se adaptar às necessidades da contratação, disponibilizando linhas telefônicas, meios de acesso via internet, videoconferência e correspondência através de e-mail.

5.9.1.2 A Contratada deverá disponibilizar, no prazo de até 10 (dez) dias da publicação do contrato e sem custo adicional para a Contratante, **3 (três) canais de comunicação** (linha telefônica, Whatsapp, e-mails) exclusivos para tratar sobre a prestação do serviço (dúvidas, questões documentais, problemas relacionados à execução, etc.), os quais devem possibilitar o recebimento de ligações a cobrar e, em caso de emergência, funcionar aos sábados, domingos e feriados.

5.9.1.3 Os canais de comunicação mencionados no subitem anterior devem ser operados por pessoas capacitadas para o atendimento e solução das demandas e notificações oriundas dos fiscais e gestores, especialmente aquelas relacionadas às questões trabalhistas e previdenciárias referentes aos alocados na prestação dos serviços.

5.9.1.4 Caso haja inoperância ou indisponibilidade de algum canal de comunicação por motivos técnicos ou de pessoal, a Contratante deverá ser imediatamente comunicada e o canal deve ser restabelecido ou substituído no prazo de 24 (vinte e quatro horas), a fim de que não haja prejuízos ao andamento da fiscalização/gestão do contrato, cabendo, em caso de descumprimento, sanção prevista em capítulo próprio.

5.9.2 Do atendimento às demandas dos postos alocados

5.9.2.1 Serão disponibilizados pela Contratante no **mínimo 4 (quatro) canais de atendimento via telefone e e-mail**, dedicados exclusivamente aos profissionais alocados, servindo como canal oficial para registro de chamados, pedidos de informação, dúvidas e queixas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

5.9.2.2 Cada canal será atendido por um dos supervisores - com acompanhamento da fiscalização contratual - e abrangerá um conjunto de zonas eleitorais, conforme distribuição constante do **ANEXO II**.

5.9.2.3 Todas as demandas enviadas aos canais para atendimento às demandas dos postos serão direcionadas à Contratada - via canais de comunicação previstos no subitem 5.9.1 ou quaisquer outros meios - e deverão ser respondidas e formalmente encerradas no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**.

5.9.2.4 O profissional poderá acompanhar o andamento de sua solicitação por meio do histórico de mensagens e das interações realizadas via e-mail, devendo a Contratada manter a organização e rastreabilidade dos diálogos.

5.9.2.5 A Contratada deverá manter uma planilha de controle ou base de dados auditável que permita a emissão dos seguintes relatórios gerenciais periódicos:

- **Relatório de Eficiência:** listagem de chamados encerrados dentro do prazo de 3 dias úteis, contendo o código de identificação ou assunto da demanda;
- **Relatório Sintético:** quantitativo de chamados abertos e atendidos, segmentados por zona eleitoral;
- **Relatório Analítico:** detalhamento contendo o número do protocolo (se houver) ou identificação da mensagem, nome do profissional, cargo, zona eleitoral, tipo de demanda, data/hora de abertura, data/hora de encerramento e síntese do assunto tratado.

5.9.2.6 A Gestão do Contrato terá livre acesso aos logs de e-mail e às planilhas de controle para monitorar o cumprimento dos prazos e a qualidade dos atendimentos prestados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação, nos prazos previstos, dos postos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

6.2 Disponibilizar estrutura suficiente para atender todas as demandas dos atores envolvidos na execução dos serviços: auxiliares de apoio, supervisores, comissão de gestão e a todos os fiscais de contratos;

6.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo Gestão Contratual ou pela autoridade competente e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, criando e mantendo os canais de comunicação previstos no subitem 5.9.1;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

6.4 Disponibilizar, sem ônus para a Contratante e no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos (contados da publicação do contrato), o sistema para a **inscrição de candidatos**, com vistas à seleção para o preenchimento dos postos de trabalho (subitem 5.2.3);

6.5 Assumir a responsabilidade integral e exclusiva por todos os ônus financeiros e obrigações diretas ou indiretas decorrentes da execução contratual, abrangendo desde o recrutamento, seleção, exames ocupacionais, salários, encargos sociais e tributários, até o fornecimento de benefícios legais (transporte e alimentação) e o custeio total da logística de deslocamentos (passagens intermunicipais e diárias), garantindo a manutenção plena dos postos de trabalho sem qualquer custo adicional para o TRE/MA;

6.5.1 Responsabilizar-se pelas despesas relativas à alimentação, transporte e hospedagem do profissional, **CASO este não seja residente no município de exercício;**

6.6 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho, não submetendo os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados

6.7 Caso seja solicitado, apresentar à Fiscalização/Gestão Contratual, até a data de início de atuação de cada profissional, currículo resumido com a qualificação técnica do profissional e declarações pertinentes, visando aferição do enquadramento ao perfil especificado;

6.8. Controlar a frequência dos profissionais alocados;

6.9 Informar à Gestão Contratual e aos Fiscais Setoriais, via correio eletrônico, o nome dos profissionais alocados para cada unidade administrativa, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data de início da execução, para fins de autorização de acesso;

6.10 Promover a constante verificação da conformidade dos serviços, do correto preenchimento dos postos de trabalho, incluindo-se perfis profissionais exigidos, além de organizar a documentação exigida para pagamento;

6.11 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.12 Guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e das informações geradas, reconhecendo serem estes de propriedade e de uso exclusivo da Justiça Eleitoral, sendo vedada qualquer prática de publicidade não autorizada;

6.13 Adotar todas as providências para que não sejam alocados, na execução do contrato, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

de diretórios de partidos políticos, de candidatos registrados no pleito de 2026 no Estado do Maranhão, de juízes ou de servidores da Justiça Eleitoral, seja do quadro efetivo, requisitado ou sem vínculo (ocupante de cargo comissionado);

6.14 Providenciar a substituição do profissional que não se apresente no dia e horário determinados para início da realização dos serviços, ou venha a abandonar sua atividade, ou cujo desempenho profissional ou conduta sejam prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios, não correspondendo às necessidades da Justiça Eleitoral, tais como:

- a) Apresentar-se com vestimenta inadequada ou suja, em estado de embriaguez ou sob efeito aparente de substâncias que rebaixem o discernimento;
- b) Usar tratamento descortês com as demais pessoas do ambiente de trabalho;
- c) Fazer proselitismo (político, ideológico ou religioso) em ambiente de trabalho;
- d) Não seguir as normas da Contratante e não executar adequadamente as atividades previstas para o posto.

6.14.1 A substituição do profissional deverá ocorrer em prazo não superior a 02 (dois) dias corridos, contados da notificação;

6.15 Entregar à CONTRATANTE, caso seja solicitado, toda a documentação exigida para alocação de profissionais, conforme previsto neste Termo de Referência;

6.16 Quando da alocação dos postos nos cartórios eleitorais, encaminhar carta de apresentação do profissional ao juiz da correspondente Zona Eleitoral;

6.17 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

6.18 Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante depósito bancário na conta do trabalhador, os salários dos empregados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes desta contratação, exibindo, sempre que solicitado, as respectivas comprovações;

6.19 Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

6.19.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes;

6.20 Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas na licitação;

6.21 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;

6.22 A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do contrato, no mês do início do contrato, os seguintes documentos:

- a) Relação dos empregados, contendo: nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;
- c) Exames médicos admissionais dos empregados que prestarão os serviços;
- d) Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- e) Declaração de cada profissional de que não é filiado a qualquer partido político e não exercerá atividade político-partidária no período da contratação;
- f) Declaração de cada profissional de que não é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros de diretórios de partidos políticos, de candidatos registrados no pleito de 2026 no Estado do Maranhão, de juízes ou de servidores da Justiça Eleitoral, seja do quadro efetivo, requisitado ou sem vínculo.

6.23 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo;

6.24 Nomear formalmente preposto, antes do início da prestação dos serviços, com poderes de representação legal e para dirimir todas as questões contratuais, o qual deverá ficar disponível por ao menos dois meios de contato imediato;

6.24.1 O Contratado manterá o preposto na cidade de São Luís/MA, durante o período de execução;

6.24.2 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

6.25 Quando não for possível a verificação da regularidade da empresa no Sistema de Cadastro dos Fornecedores – SICAF, a contratada deverá encaminhar, no prazo estabelecido na notificação, os seguintes documentos:

- a) Certidão de débitos relativos a créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS –CRF; e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.26 Entregar à Contratante, sempre que solicitado - e no prazo indicado na notificação, que não será inferior a 3 (três) dias úteis - os seguintes documentos:

- a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;
- b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;
- c) Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, auxílio-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.27 A Contratada deverá apresentar a documentação abaixo relacionada, quando da **extinção ou rescisão do contrato**, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente assinados e homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Comprovantes de depósito em conta bancária dos empregados prestadores de serviço do valor correspondente ao valor da rescisão contratual;
- c) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- d) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- e) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.28 A CONTRATADA **não poderá utilizar as dependências do TRE/MA** para realização das atividades de recursos humanos, como recrutamento, seleção, contratação, substituição de profissionais, pagamentos ou desmobilização dos profissionais alocados para a execução dos serviços;

6.29 Os profissionais a serem contratados para ocupar os postos de trabalho serão de livre escolha da CONTRATADA, não havendo qualquer interferência da CONTRATANTE;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

6.30 Caso o profissional não se apresente em seu posto de trabalho ou venha a abandonar o local, ou, ainda, não venha a corresponder às necessidades da Justiça Eleitoral, a CONTRATADA deverá sanar essas situações em prazo não superior a 2 (dois) dias corridos, contados da comunicação oficial do Juiz, da Comissão Gestora ou dos Fiscais de Contratos ao preposto da CONTRATADA;

6.31 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

6.32 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no objeto do Contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor atualizado, nos termos da lei;

6.33 Garantir que todas as atividades relacionadas ao tratamento de dados pessoais estejam em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

6.34 Implementar medidas de segurança técnicas e administrativas adequadas para proteger os dados pessoais e sensíveis contra acessos não autorizados, vazamentos, perda, alteração ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

6.35 Assegurar que todos os funcionários envolvidos no tratamento de dados pessoais sejam devidamente treinados sobre as diretrizes e práticas estabelecidas pela LGPD;

6.36 Manter a confidencialidade dos dados pessoais tratados e garantir que tais informações sejam acessíveis apenas a pessoas autorizadas e que necessitem do acesso para o desempenho de suas funções;

6.37 Notificar o TRE-MA imediatamente sobre qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais, incluindo detalhes sobre a natureza do incidente, os dados afetados e as medidas tomadas para mitigar os danos;

6.38 Obter e documentar o consentimento dos titulares dos dados, quando necessário, conforme os requisitos da LGPD;

6.39 Instruir os profissionais alocados e demais colaradores vinculados à execução do contrato para que atendam à Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, conforme Portaria nº 13/2026 TRE/MA/PRES/GABPRES;

6.39.1 Não alocar, na execução do contrato, colaboradores que possuam filiação partidária ativa, exerçam atividades político-partidárias ou tenham parentesco com candidatos no pleito, visando assegurar a isonomia e a lisura do processo;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

6.40 O encaminhamento da documentação fiscal, trabalhista e de outros documentos exigidos neste Termo de Referência é de inteira responsabilidade da Contratada, não podendo ser atribuído aos profissionais alocados.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Exercer a supervisão, acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados, independentemente de adoção de sistemas de acompanhamento e fiscalização utilizados pela Contratada;

7.2 Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

7.3 Ministrando treinamento técnico dos profissionais alocados, quando for o caso;

7.4 Apresentar os esclarecimentos técnicos que se façam pertinentes;

7.5 Efetuar os pagamentos à Contratada, no prazo e condições estabelecidos;

7.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada e nem demandar aos profissionais alocados a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

7.7 Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais;

7.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

8.1. As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

8.2. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

8.3. A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

8.4. As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. Disposições gerais

9.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.1.2 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.1.3 As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.1.4 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

9.1.5 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

9.1.6 O órgão poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato

9.2.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos gestores e fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, observando o disposto na **Portaria TRE/MA n. 361/2022** (que institui normas e procedimentos de gestão e fiscalização de contratos administrativos no âmbito do TRE/MA).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

9.2 Da gestão contratual e da fiscalização Administrativa

9.2.1 A gestão contratual e a fiscalização administrativa ficarão a cargo de COMISSÃO GESTORA formalmente designada, que será responsável pelas seguintes atribuições:

a) Verificação da manutenção das condições de habilitação da Contratada, da emissão do empenho, do cumprimento da garantia de execução contratual e da aplicação das glosas, bem como da regularidade fiscal e do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

b) Emissão de atestado referente aos serviços de supervisão administrativa e compilação dos atestados emitidos pela fiscalização setorial (relativos aos serviços de auxiliar de apoio administrativo);

c) Certificação do adimplemento das obrigações contratuais (recebimento definitivo) e formalização dos processos de pagamento, dos apostilamentos e termos aditivos, bem como dos processos administrativos de responsabilização para fins de aplicação de sanções;

d) Acompanhamento das retenções, saldo e liberação da conta vinculada;

e) Emissão das ordens de serviço;

f) Outras que sejam compatíveis com a natureza das atividades, tais como as relacionadas nos artigos 13 e 15 da Portaria TRE/MA n. 361/2022.

9.2.2 A Gestão do Contrato abrirá as ordens de serviço relativas às horas de serviços extras da véspera e do dia da eleição, sem necessidade de demanda pelas zonas eleitorais;

9.2.3 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais relativas à sua esfera de atuação e que ultrapasse sua competência e seus poderes, a Comissão Gestora atuará tempestivamente na solução do problema, reportando o caso à autoridade competente para que tome as providências cabíveis.

9.2.4 A fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas poderá ser realizada com base em critérios estatísticos ou por amostragem, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado, conforme orienta o Acórdão TCU n. 1214/2013.

9.2.5 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, exigir-se-á, além das documentações indicadas nos subitens 6.22, 6.26 e 6.27, os seguintes documentos:

- a) Relação nominal de prestadores, na qual constem todos os empregados que atuaram na execução do serviço, mesmo que transitoriamente em substituição à mão de obra faltante, com discriminação do período de atuação;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

- b) Cópia da folha de pagamento analítica e sintética em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante
- c) Comprovante de depósito do salário dos funcionários em conta corrente ou conta-salário;
- d) Repasse do crédito relativo ao vale-transporte e vale-alimentação, prêmio assiduidade e outros benefícios previsto na convenção coletiva de trabalho da categoria, no valor nela estabelecido;
- e) Relatórios do FGTS digital, compostos pela relação de trabalhadores, relação de categorias, relação de estabelecimentos, relação de tipos de valor e relação de tomadores de serviço, com a guia GFD (Guia do FGTS Digital) e o seu respectivo comprovante de pagamento;
- f) Relatórios referente a comprovação de recolhimento do INSS, a saber: relatório da declaração completa (DCTFWeb; recibo de entrega da declaração de débitos e créditos tributários federais – DCTFWeb; documento de arrecadação de receitas federais e respectivo comprovante de pagamento;
- g) Quadro demonstrativo de férias e licenças concedidas aos profissionais alocados na execução do contrato, quando houver, indicando se houve ou não a ocupação do posto de trabalho, referente ao mês da prestação dos serviços;
- h) Planilha de cálculo do valor a ser deduzido na nota fiscal pela não ocupação dos postos de trabalho em caso de faltas, férias ou posto vago;
- i) Documentação completa acerca de rescisões de empregados ocorridas no mês faturado, incluindo memória de cálculo detalhada;
- j) Documentação completa acerca da admissão de novos profissionais, incluindo cópia da carteira de trabalho;

9.2.6 A Administração deverá analisar a documentação solicitada no subitem 6.27 – documentos exigidos quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

– no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

9.2.7 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (OSCIP's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

9.2.8 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

9.2.9 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

9.2.10 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

9.2.11 O descumprimento das obrigações trabalhistas e a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderão dar ensejo à rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.2.12 A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir o problema.

9.2.13 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

e poderá fazer a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

9.2.14 Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

9.2.15 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

9.2.16 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

9.2.17 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

9.2.18 A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

9.2.19 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

9.2 Da fiscalização técnico-setorial

9.2.1 A fiscalização técnico-setorial do contrato será exercida pelas chefias de cartório eleitoral, que serão responsáveis por acompanhar e atestar a execução dos serviços realizados pelos Auxiliares de Apoio. Outras atribuições da fiscalização técnico-setorial:

- a) A verificação prévia da necessidade de abertura de ordem de serviço específica para a realização de horas de serviços extras;
- b) O acompanhamento das horas de serviços extras realizados em domingos e em feriados, os quais só devem ser autorizados nas hipóteses admitidas neste instrumento;
- c) O acompanhamento da frequência dos postos alocados no cartório eleitoral, tanto em dias úteis quanto nos sábados, bem como das compensações de jornada, evitando que sejam ultrapassados os limites previstos na legislação do trabalho (44h semanais);
- d) Comunicar à Comissão Gestora sobre a ocorrência de falhas que comprometam a execução do objeto e possam ensejar a aplicação de penalidades à Contratada.
- e) Demandar à Comissão Gestora a abertura de ordem de serviço para deslocamento dos auxiliares aos municípios-termo ou aos locais de difícil acesso, observando o regramento e os limites existentes neste Termo de Referência e no contrato.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

9.2.2 A fiscalização de que trata este subitem não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou dano decorrente da execução do contrato.

9.2.3 O fiscal técnico-setorial fará o registro de todas as ocorrências relevantes atinentes à execução dos serviços, com o nível de detalhamento que possibilite a compreensão adequada dos fatos e a consequente adoção de medidas saneadoras pela Comissão Gestora ou pela autoridade competente.

9.2.4 O fiscal técnico-setorial informará à Comissão Gestora, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 Seguem tabelas-resumo com os custos estimados – unitários e totais – da contratação, referentes aos dois turnos do pleito eleitoral:

1º TURNO DAS ELEIÇÕES - VALOR ESTIMADO A CONTRATAR									
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD DIAS DE AGO	QTD DIAS DE SET	QTD DIAS DE OUT	QTD MÍNIMA	QTD MÁXIMA	VALOR UNIT.	TOTAL MÍNIMO	TOTAL MÁXIMO
1	Serviços de Auxiliar de Apoio - Nível 1 (posto)		30	7	398	657	4.487,75	2.189.442,94	3.614.231,18
2	Serviços de Auxiliar de Apoio - Nível 2 (posto)		30	7	66	78	4.487,75	363.073,45	429.086,81
3	Serviços de Supervisor (posto)	15	30	7	5	6	4.819,92	41.202,55	49.443,05
4	Diárias Auxiliar de Apoio Nível 1				716	1.183	335,42	240.294,89	396.667,69
5	Diárias Auxiliar de Apoio Nível 2				330	390	335,42	110.688,60	130.813,80
6	Passagens Auxiliar de Apoio Nível 2				132	156	187,33	24.727,56	29.223,48
7	Hora de serviço extra - Auxiliar Nível 1 (adicional de 50%)				6.368	10.512	22,02	140.223,36	231.474,24
7	Hora de serviço extra - Auxiliar Nível 2 (adicional de 50%)				1.056	1.248	22,02	23.253,12	27.480,96
8	Hora de serviço extra - Auxiliar Nível 1 (adicional de 100%)				6.368	10.512	29,36	186.964,48	308.632,32
8	Hora de serviço extra - Auxiliar Nível 2 (adicional de 100%)				1.056	1.248	29,36	31.004,16	36.641,28



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

9	Hora de serviço extra - Supervisor (adicional de 50%)				80	96	24,15	1.932,00	2.318,40
10	Hora de serviço extra - Supervisor (adicional de 100%)				80	96	32,20	2.576,00	3.091,20
11	Vale transporte (sab., dom e feriados)				469	741	53,13	24.917,97	39.369,33
12	Vale alimentação (sab., Dom e feriados)				469	741	119,17	55.890,73	88.304,97
TOTAL 1º TURNO								3.436.191,81	5.386.778,71
OBSERVAÇÃO: o valor unitário da DIÁRIA constante na planilha de custos do Tribunal já contempla a incidência de tributos, custos indiretos e a margem de lucro da empresa contratada. Sendo assim, com fulcro no princípios da dignidade humana e da eficiência administrativa, o valor da diária a ser pago aos profissionais alocados não poderá ser inferior ao valor-base estimado pela Administração, de R\$ 265,15 (duzentos e sessenta e cinco reais e quinze centavos). Portanto, para fins de lance no certame, a licitante observará esse piso, variando apenas no valor dos encargos incidentes.									

2º TURNO DAS ELEIÇÕES -VALOR ESTIMADO A CONTRATAR								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD DIAS DE OUT	QTD DIAS DE NOV	QTD MÍNIMA	QTD MÁXIMA	VALOR UNIT.	TOTAL MÍNIMO	TOTAL MÁXIMO
1	Serviços de Auxiliar de Apoio - Nível 1 (posto)	22		398	657	4.487,75	1.267.572,23	2.092.449,63
2	Serviços de Auxiliar de Apoio - Nível 2 (posto)	22		66	78	4.487,75	210.200,42	248.418,68
3	Serviços de Supervisor (posto)	24	15	5	6	4.819,92	30.707,55	36.849,07
4	Diárias Auxiliar de Apoio Nível 1			358	591	335,42	120.147,44	198.333,85
5	Diárias Auxiliar de Apoio Nível 2			330	390	335,42	110.688,60	130.813,80
6	Passagens Auxiliar de Apoio Nível 2			132	156	187,33	24.727,56	29.223,48
7	Hora de serviço extra - Auxiliar Nível 1 (adicional de 50%)			3.184	5.256	22,02	70.111,68	115.737,12
8	Hora de serviço extra - Auxiliar Nível 2 (adicional de 50%)			528	624	22,02	11.626,56	13.740,48
8	Hora de serviço extra - Auxiliar Nível 1 (adicional de 100%)			6.368	10.512	29,36	186.964,48	308.632,32
9	Hora de serviço extra - Auxiliar Nível 2 (adicional de 100%)			1.056	1.248	29,36	31.004,16	36.641,28



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

9	Hora de serviço extra - Supervisor (adicional de 50%)			40	48	24,15	966,00	1.159,20
10	Hora de serviço extra - Supervisor (adicional de 100%)			80	96	32,20	2.576,00	3.091,20
11	Vale transporte (sab., dom e feriados)			469	741	42,51	19.937,19	31.499,91
12	Vale alimentação (sab., Dom e feriados)			469	741	95,33	44.709,77	70.639,53
TOTAL 2º TURNO							2.131.939,64	3.317.229,51
TOTAL GERAL (1º e 2º turnos)							5.568.131,45	8.704.008,26

10.2. Valor total mínimo estimado para a contratação: **R\$ 5.568.131,45** (cinco milhões quinhentos e sessenta e oito mil cento e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos). **Valor total máximo estimado** para a contratação: **R\$ 8.704.008,26** (oito milhões setecentos e quatro mil oito reais e vinte e seis centavos).

10.3 Informações relevantes sobre a estimativa

10.3.1 Para estimar os custos referentes à mão de obra, utilizamos o modelo de planilha de custos elaborado por este Tribunal, considerando a seguinte norma coletiva:

Posto	Convenção Coletiva	Número de Registro	Pactantes	Vigência e Data-base	Categoria paradigma
Auxiliar de Apoio Nível 1 e Nível 2	2025/2025	MA000098/2025	S DOS E DE EMP DE ASS CON L ED C LA E S DO EST DO MA CNPJ n. 05.760.442/0001-50	01/01/2025 a 31/12/2025	Auxiliar de Apoio Administrativo
Supervisor			SIND DAS EMP DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO MA, CNPJ n. 06.991.483/0001-10	Data-base em 1º de janeiro	Agente Administrativo Nível I e II

10.3.2 O uso de norma coletiva expirada decorre da ausência, até a presente data, de registro de novo instrumento coletivo homologado no Ministério do Trabalho e Emprego. A adoção dos pisos salariais e benefícios da CCT expirada justifica-se pelo fato de que a Administração Pública não pode balizar seus preços máximos em expectativas de negociação sindical ainda não concretizadas, devendo ater-se aos custos legalmente comprovados no momento da licitação. Por outro lado, a realização de pesquisa de mercado para definição desse tipo de custo poderia tornar a estimativa bem mais imprecisa e carente de parâmetro, prejudicando a isonomia e o princípio do julgamento objetivo.

10.3.3 Para mitigar qualquer risco de defasagem dos preços e garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, será assegurado o direito à repactuação imediata, tão logo seja



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

firmada a avença e venha à luz o novo instrumento coletivo, nos termos do art. 135 da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação vigente.

11. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

11.1 Do recebimento do objeto e do pagamento

11.1.1 O pagamento será realizado por meio de parcela única, mensalmente, pelos serviços prestados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo da obrigação, materializada pelo cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Apresentação de nota fiscal/fatura de acordo com a legislação vigente à época da emissão, obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Apresentação dos documentos listados a seguir, dos alocados vinculados à prestação dos serviços, referente ao mês imediatamente anterior àquele que está sendo faturado:
 - b.1) Relação nominal de prestadores, na qual constem todos os empregados que atuaram na execução do serviço, mesmo que transitoriamente em substituição à mão de obra faltante, com discriminação do período de atuação;
 - b.2) Cópia da folha de pagamento analítica e sintética em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante
 - b.3) Comprovante de depósito do salário dos funcionários em conta corrente ou conta-salário,
 - b.4) Repasse do crédito relativo ao vale-transporte e vale-alimentação, prêmio assiduidade e outros benefícios previsto na convenção coletiva de trabalho da categoria, no valor nela estabelecido;
 - b.5) Relatórios do FGTS digital, compostos pela relação de trabalhadores, relação de categorias, relação de estabelecimentos, relação de tipos de valor e relação de tomadores de serviço, com a guia GFD (Guia do FGTS Digital) e o seu respectivo comprovante de pagamento;
 - b.6) Relatórios referente a comprovação de recolhimento do INSS, a saber: relatório da declaração completa (DCTFWeb; recibo de entrega da declaração de débitos e créditos tributários federais –DCTFWeb; documento de arrecadação de receitas federais e respectivo comprovante de pagamento;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

b.7) Quadro demonstrativo de férias e licenças concedidas aos profissionais alocados na execução do contrato, quando houver, indicando se houve ou não a ocupação do posto de trabalho, referente ao mês da prestação dos serviços;

b.8) Planilha de cálculo do valor a ser deduzido na nota fiscal pela não ocupação dos postos de trabalho em caso de faltas, férias ou posto vago;

b.9) Documentação completa acerca de rescisões de empregados ocorridas no mês faturado, incluindo memória de cálculo detalhada;

b.10) Documentação completa acerca da admissão de novos profissionais, incluindo cópia da carteira de trabalho;

11.1.2 Toda a documentação exigida para fins de pagamento deverá ser apresentada até o décimo dia (ou primeiro dia útil imediatamente posterior, se recair em sábado, domingo ou feriado) do mês subsequente ao da prestação de serviços. Em caso de descumprimento, a Contratada estará sujeita à multa moratória, prevista em capítulo próprio.

11.1.3 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências.

11.1.4 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.1.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

11.1.6 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

11.1.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.1.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.1.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.1.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.1.11 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da seguinte fórmula de atualização:

$EM = I \times N \times VP$ Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$I = (TX/100)/365$

$I = (6/100)/365$

$I = 0,0001644$

Em que TX = taxa percentual por ano, no valor de 6, capitalizada diariamente em regime de juros simples.

12. CONTA VINCULADA

12.1 Em razão do disposto na Resolução nº 651/2025 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, por se tratar de contratação de serviços continuados, com dedicação exclusiva da mão de obra, as provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

a serem pagas pelo TRE/MA à Contratada, serão glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial, para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas relativas à contratação.

12.2 Os depósitos de que trata o subitem anterior devem ser efetivados em conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da Contratada, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do TRE/MA.

13. REPACTUAÇÃO E REAJUSTE

13.1 Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante **solicitação do Contratado**, a qual deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

13.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a) **Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional:** a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b) **Para os custos decorrentes do mercado:** a partir da apresentação da proposta.

13.3 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

13.3.1 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

13.4 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços

13.5 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

13.6. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

13.7 Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

13.8 A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

13.9 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão

13.10 A CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação.

13.11 As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

13.12 Quanto aos **custos decorrentes do mercado**, o reajuste será aplicado considerando a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada, na forma definida no Edital e Contrato.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1 A licitação deverá ocorrer na modalidade **PREGÃO**, na forma eletrônica, por se tratar de serviço comum, nos termos do art. 6º, XLI da Lei n.º 14.133/2021. Além disso, será utilizado o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com fundamento no art.3º, V do Decreto n. 11.462/2023.

14.2 Será considerada vencedora a licitante que atender as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital e ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL PARA O ITEM ÚNICO (CONSIDERANDO O CUSTO PARA OS DOIS TURNOS DO PLEITO 2026)**. Não serão aceitos valores superiores aos estimados neste instrumento.

14.3 A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter as seguintes informações:

- a) Razão Social da Pessoa Jurídica, com endereço e número do CNPJ;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

- b) Preços UNITÁRIOS e TOTAL DO ITEM, em reais, em algarismos, e valor global da proposta, inclusas todas as despesas (remuneração e insumos: auxílios alimentação e transporte, treinamento/capacitação/reciclagem) com mão de obra, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, vedada a inclusão a título de IRPJ e CSLL, e qualquer outra despesa, que incidir na execução dos serviços, bem como, todos os custos com treinamento, desenvolvimento e capacitação da mão de obra a ser alocado na prestação dos serviços contratados devem estar contemplados no preço final da proposta;
- c) Quadros-resumo idênticos aos modelos do item 10.1;

14.4 Os preços propostos não poderão ser superiores aos valores estimados pela Administração, sob pena de desclassificação. No caso da DIÁRIA, o valor estimado constante na planilha de custos do Tribunal já contempla a incidência de tributos, custos indiretos e a margem de lucro da empresa contratada. Sendo assim, com fulcro no princípios da dignidade humana e da eficiência administrativa, o valor da diária a ser pago aos profissionais alocados não poderá ser inferior ao valor-base estimado pela Administração, **de R\$ 265,15** (duzentos e sessenta e cinco reais e quinze centavos). Portanto, para fins de lance no certame, a licitante deverá observar esse piso, variando apenas no valor dos encargos incidentes.

14.5 A proposta deverá conter prazo de validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura da Sessão Pública, e dados da licitante, tais como: telefone, e-mail, banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento (facultada a apresentação destas informações quando da contratação).

14.6 Juntamente com a proposta, a licitante deverá apresentar:

- a) Planilhas de custo da mão de obra envolvida na execução dos serviços, bem como dos demais custos envolvidos na contratação (diárias, passagens, hora de serviço extra, vale-transporte e vale-alimentação), apresentando ainda, quando cabível, as respectivas memórias de cálculo;
- b) Declaração informando o enquadramento sindical do licitante, informando a sua atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
- c) Cópia da carta ou do registro sindical do sindicato ao qual o licitante declara ser enquadrado;
- d) Cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e
- e) Declaração de que é responsabilidade do licitante a veracidade das informações prestadas, assumindo a responsabilidade integral por eventuais erros no enquadramento sindical ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, sujeitando-se às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.7 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

trabalhadores nos lucros ou resultados da licitante, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

14.8 A licitante inscrita no SIMPLES NACIONAL, não poderá elaborar sua proposta considerando em sua planilha de custos e formação de preços alíquotas do Simples Nacional, por força do disposto no art. 17, inc. XII da Lei Complementar n.º 123/06. A proposta já deve contemplar a formação de preço compatível com o Lucro Real ou Presumido.

14.9 As propostas serão analisadas pelo setor demandante, que poderá solicitar ao(à) pregoeiro(a) a realização de diligências visando ao esclarecimento sobre as especificações dos serviços ou elucidar outras questões correlatas.

14.10 As licitantes deverão atender aos requisitos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista que forem previstos no edital do certame.

14.11 Para fins de **qualificação técnica**, as licitantes deverão apresentar atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante gerencia ou gerenciou serviços terceirizados de complexidade similar, nos termos da lei nº 14.133/2021;

14.12 Considera-se como quantidade compatível o gerenciamento de no mínimo 234 postos (que corresponde ao limite legal de 50%, tomando como referencial a quantidade mínima de postos).

14.13 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

- d) Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;
- e) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- f) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior (Anexo VII-A, art. 10.6 Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017);

14.14 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

14.15 A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

14.16 Os documentos apresentados por uma mesma licitante para fins de qualificação técnica poderão estar referidos a todos os seus estabelecimentos;

14.17 Documentos necessários para a **qualificação econômico-financeira**:

a) Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante, com emissão de até 60 dias antes da abertura da Sessão Pública;

a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), através das fórmulas abaixo, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta:

$$\text{I - Liquidez Geral (LG)} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{II - Solvência Geral (SG)} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{III - Liquidez Corrente (LC)} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b.1) As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos acima, em vista dos riscos para a administração, deverão comprovar patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para a contratação.

b.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

- b.3) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- c) Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou lote pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
- c.1) Para fins de cálculo, a Administração cadastrará como parâmetro o período de 12 (doze) meses correlatos à contratação, considerando o prazo de apuração anual das demonstrações financeiras.
- d) Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;
- d.1) A declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social;
- d.2) Quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

15. DAS INFRAÇÕES/INEXEÇÕES CONTRATUAIS E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

15.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

15.2.1 **Advertência**, exclusivamente pela infração prevista no subitem 15.1, alínea "a", quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.2.2 **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelas infrações previstas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 15.1;

15.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, pelas infrações previstas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem 15.1, bem como nas alíneas "b", "c" e "d" do referido subitem, quando as respectivas infrações justificarem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea anterior.

15.2.4. **Multa:**

15.2.4.1 Poderão ser aplicadas multas em decorrência de outras infrações abaixo descritas, considerando os graus, percentuais e formas de incidência descritos nas tabelas 1 e 2 abaixo:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,003% do valor do contrato
2	0,004% do valor do contrato
3	0,005% do valor do contrato

TABELA 2

ITEM	HIPÓTESES ENSEJADORAS	GRAU	INCIDÊNCIA E
-------------	------------------------------	-------------	-------------------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

			LIMITES (QUANDO CABÍVEIS)
1	Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência.
2	Recusa injustificada em atender à fiscalização, não apresentando informações ou documentação exigidos pelos gestores ou fiscais, conforme cláusulas contratuais.	3	Por ocorrência, até o limite de 3 (três) ocorrências.
3	Suspender ou interromper parcialmente os serviços, salvo motivo de força maior.	2	Por posto e por dia, até o limite de 5 (cinco) dias corridos ou de 5 (cinco) postos.
4	Utilizar as dependências da Contratante para fins diversos do objeto do contrato.	2	Por ocorrência, até o limite de 5 (cinco) ocorrências.
5	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	3	Por ocorrência, até o limite de 1 (uma) ocorrência
6	Retirar empregados ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da Contratante.	2	Por posto e por ocorrência, até o limite de 10 (dez) dias corridos ou de 10 (dez) postos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

7	Retirar das dependências da Contratante equipamentos (urnas, computadores, etc.) ou materiais sem autorização prévia do responsável.	2	Por item e por ocorrência.
8	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes	2	Por ocorrência.
9	Alocar na execução do contrato, de forma dolosa ou reiterada (quando de forma culposa), profissionais que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros de diretórios de partidos políticos, de candidatos registrados no pleito de 2026 no Estado do Maranhão, de juízes ou de servidores da Justiça Eleitoral, seja do quadro efetivo, requisitado ou sem vínculo (ocupante de cargo comissionado).	2	Por ocorrência (caso de dolo) ou partir da quarta alocação notificada pela Contratante (caso de culpa), até o limite de 10 (dez) ocorrências. No caso da alocação culposa e não reiterada , a Administração poderá aplicar, alternativamente, a penalidade de ADVERTÊNCIA .
10	Alocar na execução do contrato colaboradores que possuam filiação partidária ativa ou exerçam atividades político-partidárias.	3	Por ocorrência, até o limite de 3 (três) ocorrências.
PARA OS ITENS A SEGUIR, <u>DEIXAR DE:</u>			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

11	Alocar os postos de trabalho solicitados na ORDEM DE SERVIÇO.	3	Por posto e por dia, até o limite de 10 (dez) dias corridos ou de 10 (dez) postos
12	Registrar e controlar, diariamente, a frequência, assiduidade e pontualidade dos funcionários.	2	Por posto e por dia, até o limite de 10 (dez) dias corridos ou de 10 (dez) postos
13	Substituir funcionário ausente, sem a qualificação exigida ou que se conduza de modo inconveniente, após notificado pela fiscalização.	2	Por posto e por dia, até o limite de 5 (cinco) dias corridos ou de 5 (cinco) postos
14	Efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, como recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS, bem como de arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	3	Por mês de ocorrência do não pagamento de quaisquer dos benefícios, até o limite de 1 (um) mês
15	Apresentar, nos casos previstos ou quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia, até o limite de 10 (dez) dias corridos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

16	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por ocorrência e por dia, até o limite de 10 (dez) dias corridos (sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual)
17	Desenvolver no prazo previsto o sistema inscrição dos candidatos, conforme subitem 5.2.3.	3	Por sistema e por dia
18	Prestar as informações solicitadas pela Contratante ou de atender aos chamados do sistema de comunicação com os postos , no prazo previsto (subitem 5.9.).	2	Por ocorrência
19	Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho, submetendo os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.	3	Por ocorrência, até o limite de 1 (uma) ocorrência
20	Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.	2	Por ocorrência. Em caso de dado ou informação sensível , pode configurar a hipótese de inexecução prevista na alínea "b" do subitem 15.1.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

21	Cumprir quaisquer outras obrigações não previstas nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pela Fiscalização.	1	Por item e por ocorrência
----	---	---	---------------------------

15.2.4.2 Multa compensatória de 0,005% (cinco milésimos por cento) a 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, nos outros casos de **inexecuções parciais** que comprometam a execução do objeto, desde que não configurem a hipótese prevista na alínea “b” do subitem 15.1 (para a qual se aplicam os percentuais previstos para inexecução total). Configuram hipóteses exemplificativas de inexecução parcial:

- a) Ultrapassar os limites previstos na tabela 2 do subitem 15.2.4.1;
- b) Deixar de prestar a garantia contratual exigida.

15.2.4.3 Multa compensatória de 2% (dois por cento) até 5% (cinco por cento) sobre o **valor** do contrato, nas hipóteses de **inexecuções totais** e nas **hipóteses sujeitas às sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, sem prej.** Configuram hipóteses exemplificativas de inexecução total:

- a) A prática reiterada de inexecuções parciais enquadradas como GRAU 3.
- b) A recusa em assinar o instrumento de contrato, bem como em receber a Ordem de Serviço;
- c) O atraso ou não disponibilização dos postos de trabalho que comprometa a execução dos serviços e o cumprimento dos prazos eleitorais;
- d) O descumprimento de obrigações trabalhistas que comprometa a execução dos serviços e o cumprimento dos prazos eleitorais.

15.3 A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

15.4 A prática de condutas puníveis com as penalidades previstas nos subitens 15.2.2 e 15.2.3, bem como as inexecuções parciais e totais, poderão ensejar a rescisão unilateral do contrato, a critério da Administração.

15.5 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei n. 14.133/2021).

15.6 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021).

15.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou cobrada judicialmente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

15.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante.

15.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

15.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

16.2 A contratação será atendida pela dotação de PLEITOS ELEITORAIS 2026, elemento de despesa dotação:

- a) Gestão/Unidade: SGP/ASESG
- b) Fonte de Recursos: 1000000000 / Pleitos Eleitorais 2026
- c) Programa de Trabalho / PTRES:10.14101.02.061.0570.4269.0001 - PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL I
- d) Elemento de Despesa: 33.90.37.01.00046 e 33.90.37.01.0047 - APOIO OPERACIONAL - URNAS ELETRÔNICAS 1º e 2º TURNO
- e) Plano Interno: UEL APOIO

16.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

São Luís, datado e assinado eletronicamente

Leana Batista Neves
Assessora da ASEG



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

SUBANEXO I DO ANEXO I

LOCAIS DE EXECUÇÃO E QUANTIDADES ESTIMADAS DE POSTOS

LOCAIS DE EXECUÇÃO E QUANTIDADE ESTIMADA DE AUXILIARES DE APOIO ÀS ELEIÇÕES (AAEs) DO NÍVEL 1				
ZE	Sede	Municípios	Quantidade mínima	Quantidade máxima
1ª	SÃO LUÍS	SÃO LUÍS - SEDE	5	8
2ª	SÃO LUÍS	SÃO LUÍS - SEDE	5	8
3ª	SÃO LUÍS	SÃO LUÍS - SEDE	4	7
4ª	CAXIAS	CAXIAS - SEDE	7	11
5ª	CAXIAS	ALDEIAS ALTAS	2	3
6ª	CAXIAS	SÃO JOÃO DO SOTER	3	4
		SENADOR ALEXANDRE COSTA		
7ª	CODÓ	CODÓ - SEDE	5	8
		TIMBIRAS		
8ª	COROATÁ	COROATÁ - SEDE	4	7
		PERITOTÓ		
9ª	PEDREIRAS	PEDREIRAS - SEDE	4	7
		TRIZIDELA DO VALE		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

10ª	SÃO LUÍS	SÃO LUÍS - SEDE	5	8
11ª	ALTO PARNAÍBA	ALTO PARNAÍBA - SEDE	2	3
		TASSO FRAGOSO		
12ª	ARAIOSSES	ARAIOSSES - SEDE	4	7
		ÁGUA DOCE DO MARANHÃO		
13ª	BACABAL	BACABAL - SEDE	4	7
14ª	CURURUPU	CURURUPU - SEDE	3	4
15ª	GRAJAÚ	GRAJAÚ - SEDE	4	7
		ITAIPAVA DO GRAJAÚ		
16ª	ITAPECURU MIRIM	ITAPECURU MIRIM - SEDE	3	4
17ª	PASTOS BONS	PASTOS BONS - SEDE	3	6
		BENEDITO LEITE		
		NOVA IORQUE		
18ª	ROSÁRIO	ROSÁRIO - SEDE	6	10
		BACABEIRA		
		SANTA RITA		
19ª	TIMON	TIMON - SEDE	5	8
20ª	VIANA	VIANA - SEDE	4	7



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

		CAJARI		
21ª	BARÃO DE GRAJAÚ	BARÃO DE GRAJAÚ- SEDE	3	6
		SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO		
22ª	BALSAS	BALSAS - SEDE	3	6
23ª	BARRA DO CORDA	BARRA DO CORDA - SEDE	4	7
24ª	BREJO	BREJO - SEDE	7	11
		ANAPURUS		
		MILAGRES DO MARANHÃO		
		SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO		
25ª	BURITI	BURITI - SEDE	2	3
26ª	CAROLINA	CAROLINA - SEDE	2	3
27ª	ARARI	ARARI - SEDE	2	3
28ª	COELHO NETO	COELHO NETO - SEDE	4	7
		AFONSO CUNHA		
		DUQUE BACELAR		
29ª	COLINAS	COLINAS - SEDE	3	6
		JATOBÁ		
30ª	GUIMARÃES	GUIMARÃES - SEDE	6	10



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

		CEDRAL		
		CENTRAL DO MARANHÃO		
		MIRINZAL		
		PORTO RICO DO MARANHÃO		
31ª	ICATU	ICATU - SEDE	3	6
		AXIXÁ		
32ª	HUMBERTO DE CAMPOS	HUMBERTO DE CAMPOS - SEDE	6	10
		PRIMEIRA CRUZ		
		SANTO AMARO DO MARANHÃO		
33ª	IMPERATRIZ	IMPERATRIZ - SEDE	4	7
34ª	SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS - SEDE	3	4
		SAMBAÍBA		
35ª	SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO	SÃO LUÍS GONZAGA DO MA - SEDE	3	6
		ALTO ALEGRE DO MARANHÃO		
36ª	PARNARAMA	PARNARAMA - SEDE	3	4
37ª	PINHEIRO	PINHEIRO - SEDE	4	7
38ª	SÃO BENTO	SÃO BENTO - SEDE	4	7



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

		BACURITUBA		
		PALMEIRÂNDIA		
39ª	TURIAÇU	TURIAÇU - SEDE	3	4
40ª	TUTÓIA	TUTÓIA - SEDE	4	7
		PAULINO NEVES		
41ª	VITÓRIA DO MEARIM	VITÓRIA DO MEARIM - SEDE	3	4
42ª	CHAPADINHA	CHAPADINHA - SEDE	5	8
		MATA ROMA		
43ª	PINDARÉ-MIRIM	PÍNDARÉ-MIRIM - SEDE	3	6
		MONÇÃO		
44ª	PASSAGEM FRANCA	PASSAGEM FRANCA - SEDE	5	8
		BURITI BRAVO		
		LAGOA DO MATO		
45ª	PENALVA	PENALVA - SEDE	3	4
46ª	PORTO FRANCO	PORTO FRANCO - SEDE	4	7
		CAMPESTRE DO MARANHÃO		
		LAJEADO NOVO		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

		SÃO JOÃO DO PARAÍSO		
47ª	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - SEDE	5	8
48ª	DOM PEDRO	DOM PEDRO - SEDE	3	4
		GOVERNADOR ARCHER		
49ª	VITORINO FREIRE	VITORINO FREIRE - SEDE	3	6
		ALTAMIRA DO MARANHÃO		
		BREJO DE AREIA		
50ª	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE - SEDE	6	10
		NINA RODRIGUES		
		PRESIDENTE VARGAS		
51ª	SÃO BERNARDO	SÃO BERNARDO - SEDE	5	8
		MAGALHÃES DE ALMEIDA		
		SANTANA DO MARANHÃO		
52ª	ALCÂNTARA	ALCÂNTARA - SEDE	2	3
53ª	SÃO JOÃO DOS PATOS	SÃO JOÃO DOS PATOS - SEDE	4	7
		PARAIBANO		
		SUCUPIRA DO RIACHÃO		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

54ª	PRESIDENTE DUTRA	PRESIDENTE DUTRA - SEDE	5	8
		JOSELÂNDIA		
		SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS		
55ª	CARUTAPERA	CARUTAPERA - SEDE	3	4
		LUÍS DOMINGUES		
56ª	BARREIRINHAS	BARREIRINHAS - SEDE	3	4
57ª	SANTA INÊS	SANTA INÊS - SEDE	4	7
58ª	JOÃO LISBOA	JOÃO LISBOA - SEDE	5	8
		BURITIRANA		
		SENADOR LA ROCQUE		
60ª	SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	SÃO DOMINGOS DO MA - SEDE	5	8
		FORTUNA		
		GOVERNADOR LUIZ ROCHA		
61ª	ESPERANTINÓPOLIS	ESPERANTINÓPOLIS - SEDE	5	8
		POÇÃO DE PEDRAS		
		SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA		
		SÃO ROBERTO		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

62ª	LORETO	LORETO - SEDE	3	4
		SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO		
		SÃO FÉLIX DE BALSAS		
63ª	SÃO JOÃO BATISTA	SÃO JOÃO BATISTA - SEDE	4	7
		CAJAPIÓ		
		SÃO VICENTE FERRER		
64ª	CÂNDIDO MENDES	CÂNDIDO MENDES - SEDE	3	6
		AMAPÁ DO MARANHÃO		
		GODOFREDO VIANA		
65ª	IMPERATRIZ	IMPERATRIZ - SEDE	4	7
		DAVINÓPOLIS		
66ª	BACABAL	BOM LUGAR	5	8
		CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU		
		LAGO VERDE		
67ª	PEDREIRAS	BERNARDO DO MEARIM	3	6
		IGARAPÉ GRANDE		
		LIMA CAMPOS		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

68ª	CANTANHEDE	CANTANHEDE - SEDE	4	7
		MATÕES DO NORTE		
		PIRAPEMAS		
69ª	SANTO ANTÔNIO DOS LOPES	SANTO ANTÔNIO DOS LOPES - SEDE	3	4
		CAPINZAL DO NORTE		
70ª	SANTA LUZIA	SANTA LUZIA - SEDE	4	7
		ALTO ALEGRE DO PINDARÉ		
71ª	AÇAILÂNDIA	AÇAILÂNDIA - SEDE	3	6
72ª	MIRADOR	MIRADOR - SEDE	3	4
		SUCUPIRA DO NORTE		
73ª	URBANO SANTOS	URBANO SANTOS - SEDE	4	7
		BELÁGUA		
		SÃO BENEDITO DO RIO PRETO		
74ª	LAGO DA PEDRA	LAGO DA PEDRA - SEDE	5	8
		LAGO DO JUNCO		
		LAGO DOS RODRIGUES		
		LAGOA GRANDE DO MARANHÃO		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

75ª	RIACHÃO	RIACHÃO - SEDE	3	4
		FEIRA NOVA DO MARANHÃO		
76ª	SÃO LUÍS	SÃO LUÍS - SEDE	5	8
77ª	SANTA INÊS	BELA VISTA DO MARANHÃO	3	6
		IGARAPÉ DO MEIO		
		TUFILÂNDIA		
78ª	BOM JARDIM	BOM JARDIM - SEDE	4	7
		SÃO JOÃO DO CARÚ		
79ª	TUNTUM	TUNTUM - SEDE	3	4
		SANTA FILOMENA DO MARANHÃO		
80ª	SANTA LUZIA DO PARUÁ	SANTA LUZIA DO PARUÁ - SEDE	5	8
		NOVA OLINDA DO MARANHÃO		
		PRESIDENTE MÉDICI		
81ª	MATÕES	MATÕES - SEDE	2	3
82ª	ESTREITO	ESTREITO - SEDE	3	4
		SÃO PEDRO DOS CRENTES		
83ª	SANTA HELENA	SANTA HELENA - SEDE	4	7
		TURILÂNDIA		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

84 ^a	SÃO MATEUS DO MARANHÃO	SÃO MATEUS DO MA - SEDE	3	4
86 ^a	MATINHA	MATINHA - SEDE	3	4
		OLINDA NOVA DO MARANHÃO		
87 ^a	OLHO DÁGUA DAS CUNHÃS	OLHO DÁGUA DAS CUNHÃS - SEDE	4	7
		PIO XII		
		SATUBINHA		
89 ^a	SÃO LUÍS	SÃO LUÍS - SEDE	4	7
92 ^a	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA - SEDE	2	3
		VILA NOVA DOS MARTÍRIOS		
93 ^a	PAÇO DO LUMIAR	PAÇO DO LUMIAR - SEDE	5	8
		RAPOSA		
95 ^a	BURITICUPU	BURITICUPU - SEDE	4	7
		BOM JESUS DAS SELVAS		
96 ^a	ZÉ DOCA	ZÉ DOCA - SEDE	5	8
		ARAGUANÃ		
		GOVERNADOR NEWTON BELO		
97 ^a		FERNANDO FALCÃO	3	4



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	BARRA DO CORDA	JENIPAPO DOS VIEIRAS		
98ª	AÇAILÂNDIA	CIDELÂNDIA	4	7
		ITINGA DO MARANHÃO		
		SÃO FRANCISCO DO BREJÃO		
99ª	AMARANTE DO MARANHÃO	AMARANTE DO MARANHÃO - SEDE	4	7
		SÍTIO NOVO		
100ª	MARACAÇUMÉ	MARACAÇUMÉ - SEDE	5	8
		BOA VISTA DO GURUPI		
		CENTRO NOVO DO MARANHÃO		
		JUNCO DO MARANHÃO		
101ª	GOVERNADOR NUNES FREIRE	GOVERNADOR NUNES FREIRE - SEDE	3	6
		CENTRO DO GUILHERME		
		MARANHÃOZINHO		
102ª	PAULO RAMOS	PAULO RAMOS - SEDE	3	4
		MARAJÁ DO SENA		
103ª	MONTES ALTOS	MONTES ALTOS - SEDE	3	6



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

		GOVERNADOR EDISON LOBÃO		
		RIBAMAR FIQUENE		
104ª	ARAME	ARAME - SEDE	2	3
		FORMOSA DA SERRA NEGRA		
105ª	BALSAS	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	3	6
		NOVA COLINAS		
		PEDRO DO ROSÁRIO		
106ª	PINHEIRO	PRESIDENTE SARNEY	3	6
		BACURI - SEDE		
107ª	BACURI	APICUM-AÇU	5	8
		SERRANO DO MARANHÃO		
		GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS - SEDE		
108ª	GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS	GONÇALVES DIAS	4	7
		GRAÇA ARANHA		
		ANAJATUBA		
109ª	ITAPECURU MIRIM	MIRANDA DO NORTE	3	6
110ª	MORROS	MORROS - SEDE	4	7



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

		CACHOEIRA GRANDE		
		PRESIDENTE JUSCELINO		
111 ^a	BEQUIMÃO	BEQUIMÃO - SEDE	3	4
		PERI MIRIM		
TOTAIS			398	657

LOCAIS DE EXECUÇÃO E QUANTIDADE ESTIMADA DE AUXILIARES DE APOIO DO NÍVEL 2 (POR ZONA ELEITORAL)			
LOCAIS DE EXECUÇÃO		QTD MÍNIMA	QTD MÁXIMA
ZONA	MUNICÍPIO		
11	ALTO PARNAÍBA	2	3
11	TASSO FRAGOSO	1	1
12	ARAIOSSES	4	4
14	CURURUPU	12	12
20	CAJARI	0	1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

22	BALSAS	3	3
24	ANAPURUS	0	4
26	CAROLINA	3	4
31	ICATU	1	1
32	HUMBERTO DE CAMPOS	4	4
32	SANTO AMARO DO MARANHÃO	1	1
39	TURIAÇU	4	5
52	ALCÂNTARA	1	1
58	JOÃO LISBOA	1	1
64	CÂNDIDO MENDES	2	2
64	GODOFREDO VIANA	2	2
66	CONCEIÇÃO DO LAGO- AÇU	2	2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

66	LAGO VERDE	1	1
70	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	1	1
70	SANTA LUZIA	1	1
78	BOM JARDIM	7	9
83	SANTA HELENA	1	2
95	BOM JESUS DAS SELVAS	1	2
96	ZÉ DOCA	1	1
96	GOVERNADOR NEWTON BELLO	2	2
98	ITINGA DO MARANHÃO	1	1
99	SÍTIO NOVO	1	1
99	AMARANTE DO MARANHÃO	3	3
100	CENTRO NOVO DO MARANHÃO	1	1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

107	SERRANO DO MARANHÃO	1	1
110	MORROS	1	1
TOTAIS		66	78

LOCAL DE EXECUÇÃO E QUANTIDADE ESTIMADA DE SUPERVISORES		
MUNICÍPIO	QUANTIDADE ESTIMADA MÍNIMA	QUANTIDADE ESTIMADA MÁXIMA
São Luís - MA	5	6



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

SUBANEXO II DO ANEXO I

DISTRIBUIÇÃO DOS SUPERVISORES E RESPECTIVOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

LOCAIS DE EXECUÇÃO (SEDES) - CANAIS DE ATENDIMENTO DOS SUPERVISORES		
ZE	Sede	CANAIS
1ª	SÃO LUÍS	CANAL 1 (Supervisor 1)
2ª	SÃO LUÍS	
3ª	SÃO LUÍS	
4ª	CAXIAS	
5ª	CAXIAS	
6ª	CAXIAS	
7ª	CODÓ	
8ª	COROATÁ	
9ª	PEDREIRAS	
10ª	SÃO LUÍS	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

11ª	ALTO PARNAÍBA	
12ª	ARAIOSES	
13ª	BACABAL	
14ª	CURURUPU	
15ª	GRAJAÚ	
16ª	ITAPECURU MIRIM	
17ª	PASTOS BONS	
18ª	ROSÁRIO	
19ª	TIMON	
20ª	VIANA	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

21ª	BARÃO DE GRAJAÚ	
22ª	BALSAS	
23ª	BARRA DO CORDA	
24ª	BREJO	CANAL 2 (Supervisor 2)
25ª	BURITI	
26ª	CAROLINA	
27ª	ARARI	
28ª	COELHO NETO	
29ª	COLINAS	
30ª	GUIMARÃES	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

31ª	ICATU	
32ª	HUMBERTO DE CAMPOS	
33ª	IMPERATRIZ	
34ª	SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	
35ª	SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO	
36ª	PARNARAMA	
37ª	PINHEIRO	
38ª	SÃO BENTO	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

39ª	TURIAÇU	
40ª	TUTÓIA	
41ª	VITÓRIA DO MEARIM	
42ª	CHAPADINHA	
43ª	PINDARÉ-MIRIM	
44ª	PASSAGEM FRANCA	
45ª	PENALVA	
46ª	PORTO FRANCO	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

47ª	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	
48ª	DOM PEDRO	
49ª	VITORINO FREIRE	
50ª	VARGEM GRANDE	
51ª	SÃO BERNARDO	CANAL 3 (Supervisor 3)
52ª	ALCÂNTARA	
53ª	SÃO JOÃO DOS PATOS	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

54ª	PRESIDENTE DUTRA	
55ª	CARUTAPERA	
56ª	BARREIRINHAS	
57ª	SANTA INÊS	
58ª	JOÃO LISBOA	
60ª	SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	
61ª	ESPERANTINÓP O-LIS	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

62ª	LORETO	
63ª	SÃO JOÃO BATISTA	
64ª	CÂNDIDO MENDES	
65ª	IMPERATRIZ	
66ª	BACABAL	
67ª	PEDREIRAS	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

68ª	CANTANHEDE	
69ª	SANTO ANTÔNIO DOS LOPES	
70ª	SANTA LUZIA	
71ª	AÇAILÂNDIA	
72ª	MIRADOR	
73ª	URBANO SANTOS	
74ª	LAGO DA PEDRA	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

75ª	RIACHÃO	
76ª	SÃO LUÍS	
77ª	SANTA INÊS	
78ª	BOM JARDIM	
79ª	TUNTUM	Canal 4 (Supervisor 4)
80ª	SANTA LUZIA DO PARUÁ	
81ª	MATÕES	
82ª	ESTREITO	
83ª	SANTA HELENA	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

84ª	SÃO MATEUS DO MARANHÃO	
86ª	MATINHA	
87ª	OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	
89ª	SÃO LUÍS	
92ª	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	
93ª	PAÇO DO LUMIAR	
95ª	BURITICUPU	
96ª	ZÉ DOCA	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

97ª	BARRA DO CORDA	
98ª	AÇAILÂNDIA	
99ª	AMARANTE DO MARANHÃO	
100ª	MARACAÇUMÉ	
101ª	GOVERNADOR NUNES FREIRE	
102ª	PAULO RAMOS	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

103ª	MONTES ALTOS	
104ª	ARAME	
105ª	BALSAS	
106ª	PINHEIRO	
107ª	BACURI	
108ª	GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS	
109ª	ITAPECURU MIRIM	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

110 ^a	MORROS	
111 ^a	BEQUIMÃO	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

ANEXO II DO EDITAL

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO SEI N. 0004200-42.2026.6.27.8000
PREGÃO ELETRÔNICO nº 900XX/2026
VALIDADE DA ATA: 01 (um) ano

Aos dias de do ano de 2026, a **União**, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão**, daqui por diante denominado **TRE/MA**, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 05.962.421/0001-17, com sede na Av. Senador Vitorino Freire, S/Nº, bairro Areinha, São Luís/MA, neste ato representado pelo Diretor-Geral Senhor _____ institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da licitação na modalidade de Pregão, do tipo Eletrônico, cujo objetivo é a formalização de **Registro de Preços para serviços de apoio administrativo e operacional para os dois turnos das Eleições 2026, mediante alocação temporária de postos de trabalho com predominância de mão de obra**, processado nos termos da Lei n.º 14.133/2021; do Decreto nº 11.462/2023 e demais normas legais aplicáveis, objeto do **Processo SEI nº 0004200-42.2026.6.27.8000 - TRE/MA**, que se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, segundo as cláusulas e condições seguintes:

EMPRESA:				
CNPJ:		FONE/FAX:		
END.:				
REPRESENTANTE LEGAL:				
CPF nº		RG Nº		
E-MAIL:				
Item	Descrição dos Materiais/Serviços	Quantidade Total	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

A vigência da presente **Ata de Registro de Preços** será de **01 (um) ano**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogada por igual



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, nos termos do art. 84 e § único da Lei n.º 14.133/2021 c/c Art. 22 do Decreto nº 11.462/2023, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

No momento da prorrogação, caberá reajustamento da presente Ata de Registro de Preços, a pedido da empresa, observada a anualidade e considerada a variação do preço com base no IPCA (ou outro índice que venha a o substituir), com data base vinculada ao orçamento estimado, conforme Art. 25 do Decreto nº 11.462/2023 c/c Art. 92 da Lei n.º 14.133/2021.

Com a prorrogação da Ata de Registro de Preço, ficam renovados os quantitativos do período inaugural.

As especificações técnicas e demais exigências constates do **SEI nº 0004200-42.2026.6.27.8000** e do **Pregão Eletrônico nº 900XX/2026** integram a presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

Diretor-Geral

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

(Nome do Representante Legal)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

SUBANEXO I DO ANEXO II

CADASTRO DE RESERVA

(se houver)

ART. 18, II, a – Decreto n. 11.462/2023			
ITEM	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	CNPJ
1	1º		
	2º		
	(...)		
2	1º		
	2º		
	(...)		
(...)			

ART. 18, II, b – Decreto n. 11.462/2023				
ITEM	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	CNPJ	VALOR (R\$)
1	1º			
	2º			
	(...)			
2	1º			
	2º			
	(...)			
(...)				



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

ANEXO III DO EDITAL

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, E A EMPRESA....., TENDO POR OBJETO **A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL PARA OS DOIS TURNOS DAS ELEIÇÕES 2026, MEDIANTE ALOCAÇÃO TEMPORÁRIA DE POSTOS DE TRABALHO COM PREDOMINÂNCIA DE MÃO DE OBRA (SUPERVISOR ADMINISTRATIVO E AUXILIARES DE APOIO ÀS ELEIÇÕES - NÍVEIS 1 E 2)**, CONFORME PREGÃO ELETRÔNICO Nº **900XX/2026** (PROCESSO SEI N.º **0004200-42.2026.6.27.8000**).

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**, neste ato denominado **CONTRATANTE**, inscrito no CNPJ Nº 05.962.421/0001-17, com sede na Av. Senador Vitorino Freire, s/n, em São Luís-MA, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador _____, portador do R.G. nº _____-SSP/____ e do CPF nº. _____, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ-MF, sob o nº _____, com sede na (**inserir endereço completo**), Fone: (XX) XXXX-XXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, representada por _____, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos celebram o presente contrato, em conformidade com a **Lei nº. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Decreto nº 8.538/2015 e Decreto nº 11.462/2023 (SRP)**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto **a Contratação de serviços de apoio administrativo e operacional para os dois turnos das Eleições 2026, mediante alocação temporária de postos de trabalho com predominância de mão de obra (Supervisor Administrativo e Auxiliares de Apoio às Eleições - Níveis 1 e 2)**, obedecidas as condições do instrumento convocatório e respectivos anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

2.1. O valor total do presente contrato é de **R\$** (.....), inclusas todas as despesas que resultem na prestação dos serviços indicados neste contrato, tais como impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL/ANUAL
1					

2.2. Os valores a serem pagos à contratada estarão adstritos ao que for efetivamente executado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. **Deverão ser observadas as disposições sobre o pagamento, constantes do ITEM 11 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.**

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO

4.1. A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, conforme estabelece o art. 5º do Decreto nº 2.271, de 1997 e nos termos do art. 25, § 8º, II da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no caput, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito da **CONTRATADA**, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

4.1.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

4.1.3. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

4.1.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

4.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

II - da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

III - do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

4.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

4.4. As repactuações serão precedidas de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

4.5. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

4.6. Quando da solicitação da repactuação para fazer jus à variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

I - os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

II - as particularidades do contrato em vigência;

II - a nova planilha com variação dos custos apresentada;

IV - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

V - a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

4.7. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

4.8. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

4.9. O prazo referido no item 4.7 ficará suspenso enquanto a **CONTRATADA** não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos;

4.10. A **CONTRATANTE** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATANTE**.

4.11. O prazo para a **CONTRATADA** solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação;

4.12. A **CONTRATANTE** não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da **CONTRATADA**, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

4.13. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão-de-obra, a **CONTRATADA** efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato;

4.14. Quando o reajuste referir-se aos demais custos (insumos, materiais, etc), a **CONTRATADA** demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando especialmente a variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE**, acumulado em 12 (doze) meses, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços, sem prejuízo das verificações arroladas nas alíneas de "a" a "e".

- a) os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- b) as particularidades do contrato em vigência;
- c) a nova planilha com variação dos custos apresentados;
- d) indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- e) a **CONTRATANTE** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada;
- f) Fórmula de cálculo:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

Pr = preço reajustado, ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do item 11.14 desta cláusula, de modo que $(P \times V)$ significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

4.15. As repactuações a que a **CONTRATADA** fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

4.15.1. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

- a) Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão-de-obra;
- b) Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
- c) Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

4.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

4.17. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

4.18. A Administração deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa;

4.19. A alegação de esquecimento quanto ao direito de propor o reajuste não será aceita como justificativa para pedido de efeito retroativo à data a que de acordo com a legislação faria jus, se não a requerer dentro do primeiro mês de aniversário do contrato, responsabilizando-se a Contratada pela própria inércia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

4.20. A **CONTRATADA** deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação;

4.21. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

4.22. A **CONTRATADA** para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação.

4.23. **Deverão ser observadas as disposições sobre o reajuste e repactuação, constantes do ITEM 13 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.**

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. O **CONTRATANTE** obriga-se a cumprir as condições estabelecidas no Edital, especialmente as previstas no **ITEM 7** do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir as condições estabelecidas no Edital, especialmente as previstas no **ITEM 6** do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

6.2. A Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão - PORTARIA Nº 13/2026 TREMA/PRES/GABPRES é de observância obrigatória a todos os colaboradores e colaboradoras da CONTRATADA, com ou sem dedicação exclusiva de mão de obra.

CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA

7.1. O Contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá **vigência de 06 (seis) meses**, contados do primeiro dia útil após a data da sua publicação no Diário Oficial da União (D.O.U), devendo ser divulgado no PNCP, no prazo de vinte dias úteis, contados da data de sua assinatura, na forma do Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. O início da execução dos serviços ocorrerá nos meses de **agosto a novembro de 2026**, conforme prevista no **subitem 1.6 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.**

7.3. **Deverão ser observadas as demais disposições do ITENS 1.5 e 1.6 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

CLÁUSULA OITAVA – ALTERAÇÃO

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. As alterações contratuais devem ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, que deverá ser submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do órgão ou entidade contratante.

8.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta do Orçamento Geral da União, aprovado para o exercício financeiro de **2026**, cuja classificação funcional programática e categoria econômica é a seguinte:

.....

PARÁGRAFO ÚNICO – DO EMPENHO

Para cobertura das despesas relativas ao presente Contrato, foi emitida a Nota de Empenho nº. **2026NExxxxxx**, à conta da dotação especificada neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

10.1. Deverão ser observadas as disposições do **ITEM 15** do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

PARÁGRAFO ÚNICO - DESCONTO DO VALOR DA MULTA

Se o valor das multas não for pago ou depositado na Conta Única do Tesouro Nacional, será automaticamente descontado de qualquer fatura ou crédito a que a **CONTRATADA** vier a fazer *jus*.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei de Licitações, devendo o mesmo ser protocolado e dirigido ao Presidente do TRE/MA, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CONTA VINCULADA

12.1 Para garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias pela CONTRATADA,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

a CONTRATANTE deverá reter, mensalmente, o somatório dos valores correspondentes às seguintes rubricas, independentemente da unidade de medida contratada, tais como, posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produto específico ou ordem de serviço:

I - férias;

II - 1/3 constitucional sobre férias;

III - 13º salário;

IV - multa do FGTS por dispensa sem justa causa; e

V - encargos previdenciários incidentes sobre férias, 13º salário e 1/3 constitucional.

12.2. A conta vinculada será aberta em banco público oficial, no nome da CONTRATADA, e movimentada exclusivamente por ordem da CONTRATANTE.

12.3 Os valores depositados na conta vinculada são absolutamente impenhoráveis.

12.4 Além das verbas trabalhistas especificadas no item 12.1, a retenção na conta vinculada incluirá os encargos previdenciários e tributos aplicáveis sobre férias, 13º salário e 1/3 constitucional, tais como INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAC, INCRA, salário-educação, FGTS, RAT + FAP e SEBRAE, conforme previsto em regulamentos específicos, observado o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212/1991.

12.5 Os pagamentos efetuados à CONTRATADA estarão sujeitos à retenção na fonte dos tributos previstos na legislação aplicável, incluindo, quando cabível, o Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS), Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e demais encargos exigidos pela legislação tributária vigente.

12.6 Os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados da CONTRATADA que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pela CONTRATANTE à CONTRATADA somente na ocorrência do fato gerador, mediante comprovação documental.

12.7 No caso de pagamento direto aos empregados por inadimplemento da CONTRATADA, os valores pagos serão deduzidos do montante devido à CONTRATADA.

12.8. Compete a(o) Secretário(a) de Administração e Finanças adotar as providências necessárias para a abertura, manutenção e movimentação da conta vinculada, bem como fiscalizar sua correta operacionalização.

12.9 Os valores provisionados para o atendimento do item 12.1 serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da CONTRATADA, adotando-se para tal a tabela de Percentuais para Contingenciamento de Encargos Trabalhistas, baseada na Portaria 89/2023 – TRE-MA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

Item	Percentuais %
13º (décimo terceiro) salário	8,33%
Férias e 1/3 de férias	11,11%
Multa sobre o FGTS sobre aviso prévio indenizado e trabalhado	4,00%
Subtotal	23,44%
Incidência do submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 de férias e décimo terceiro salário	19,44% x Eps*
TOTAL	23,44% + (19,44% x Eps)
*Eps representa o percentual total dos encargos previdenciários e demais contribuições do submódulo 2.2 da planilha de custo de mão de obra, constante da proposta da empresa contratada.	

12.10 Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE deverá formalizar, mediante ofício, junto ao banco público oficial a solicitação de abertura da conta vinculada em nome da CONTRATADA.

12.11 A CONTRATADA deverá assinar os documentos de abertura da conta vinculada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, e firmar termo que permita à CONTRATANTE:

- a) acessar os saldos e extratos da conta vinculada; e
- b) condicionar a movimentação dos valores à sua autorização expressa.

12.12 O prazo para assinatura dos documentos poderá ser prorrogado pela CONTRATANTE, mediante justificativa formal da CONTRATADA.

12.13 A CONTRATANTE poderá exigir, como condição para a assinatura do contrato, a apresentação de caução, fiança bancária ou seguro-garantia com cobertura específica para verbas rescisórias inadimplidas.

12.14 A exigência de garantia, quando adotada, deverá estar prevista expressamente no edital do certame.

12.15 Eventuais despesas bancárias deverão ser suportadas na taxa de administração da CONTRATADA, caso haja cobrança de tarifas e não seja possível a negociação de isenção ou redução;

12.16 Os valores depositados na conta vinculada serão remunerados diariamente pelo índice da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

caderneta de poupança ou outro índice de maior rentabilidade.

12.17 Os saldos da conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, serão remunerados por instrumento financeiro de baixo risco e lastreado em títulos públicos definido no termo de cooperação técnica, escolhido com base em critérios de segurança, liquidez, economicidade e rentabilidade, sendo que o instrumento financeiro escolhido deverá garantir a disponibilidade de resgate dos valores no prazo máximo de 30 (trinta) dias após solicitação formalizada pela gestão contratual.

12.18 A CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes penalidades:

- a) advertência, caso descumpra o prazo para a assinatura da documentação de abertura da conta vinculada, por até 15 (quinze) dias ou descumpra normas sobre retenção e movimentação da conta vinculada, sem acarretar prejuízo de monta ao interesse do serviço;
- b) multa, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, caso descumpra o prazo para a assinatura da documentação de abertura da conta vinculada, por período superior a 15 (quinze) dias ou descumpra normas sobre retenção e movimentação da conta vinculada que acarrete prejuízo ao interesse do serviço;
- c) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, caso descumpra o prazo para a assinatura da documentação de abertura da conta vinculada, por período superior a 30 (trinta) dias ou descumpra normas sobre retenção e movimentação da conta vinculada que acarrete prejuízo de grande monta ao interesse do serviço;

12.18.1 As penalidades das alíneas "b" e "c" do item 12.8 poderão ser cumuladas.

12.19 Mediante garantia de prévia defesa, o descumprimento do prazo para a assinatura da documentação de abertura da conta vinculada, por período superior a 30 (trinta) dias ou o descumprimento de normas sobre retenção e movimentação da conta vinculada que acarrete prejuízo de grande monta ao interesse do serviço ocasionará a rescisão contratual.

12.20 A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, o comprovante de quitação das obrigações trabalhistas, contados da data do pagamento ou da homologação;

12.21 A movimentação da conta vinculada será autorizada nas seguintes hipóteses:

- a) pagamento direto aos empregados: quando a CONTRATANTE autorizar e solicitar ao banco público oficial a transferência dos valores diretamente para a conta dos empregados, para quitação de encargos trabalhistas vencidos.
- b) resgate pela CONTRATADA, quando ela comprovar que já efetuou os pagamentos aos empregados e solicitar o reembolso correspondente.

12.21.1 Para resgatar os recursos da conta vinculada na hipótese da alínea "b" do item 12.21, a CONTRATADA deverá apresentar à unidade competente da CONTRATANTE os documentos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

comprobatórios do pagamento efetivo das verbas trabalhistas e previdenciárias devidas aos empregados alocados na execução do contrato.

12.21.2 A CONTRATADA expedirá, após a conferência dos cálculos e a verificação da documentação, a autorização para movimentação dos recursos creditados na conta vinculada e encaminhará à instituição financeira no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

12.21.3 O banco público oficial deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os comprovantes de depósito realizados nas contas dos beneficiários.

12.21.4 Caso haja saldo na conta vinculada após a quitação das verbas rescisórias dos empregados desligados, os valores deverão ser utilizados para quitação proporcional das obrigações trabalhistas dos empregados remanescentes, de acordo com o tempo de alocação na execução do contrato.

12.21.5 A liberação dos valores da conta vinculada será realizada mediante autorização formal da CONTRATANTE, que encaminhará solicitação à instituição financeira, conforme procedimentos definidos no termo de cooperação.

12.21.6 Após cada movimentação da conta vinculada, o banco público oficial deverá comunicar à CONTRATANTE por meio de sistema eletrônico integrado ou outro meio definido no termo de cooperação, permitindo acesso em tempo real aos saldos e extratos.

12.22 Nos casos de rescisão de contrato de trabalho de empregado(a) com mais de 1 (um) ano de serviço, a CONTRATANTE deverá requerer assistência do sindicato da categoria, quando exigível por norma coletiva, para verificar se os termos da rescisão do contrato de trabalho estão corretos.

12.22.1 Caso a convenção coletiva ou o sindicato exijam o pagamento antes da homologação, a CONTRATADA poderá solicitar o resgate da conta vinculada para pagamento das verbas rescisórias, devendo apresentar à CONTRATANTE, na situação consignada na alínea "b" do item 12.21, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta-corrente do(a) empregado(a), a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos(as) beneficiários(as).

12.22.2 A CONTRATADA poderá solicitar o resgate ou a movimentação da conta-depósito vinculada para quitação das verbas trabalhistas contingenciadas em relação aos(as) empregados(as) que comprovadamente atuaram na execução do ajuste e que serão desligados(as) do quadro de pessoal da CONTRATADA, em decorrência do encerramento da vigência do contrato.

12.22.3 Se após o(s) resgate(s) ou a(s) movimentação(ões) indicado(s) no item 12.22.2 houver saldo na conta-depósito vinculada, o valor deverá ser utilizado pela CONTRATADA para pagamento aos(as) empregados(as) que permaneceram no quadro de pessoal da CONTRATADA à medida que ocorrerem os fatos geradores das verbas trabalhistas contingenciadas, observada a proporcionalidade do tempo em que o(a) empregado(a) esteve alocado na prestação dos serviços por força contratual.

12.22.4 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, será liberado à CONTRATADA no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

12.22.5 A homologação em sindicato diverso ao da categoria somente será aceita quando prevista em instrumento coletivo de trabalho.

12.23 O saldo remanescente da conta vinculada deverá ser liberado à CONTRATADA após o encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, mediante comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

12.23.1 A CONTRATADA poderá solicitar o resgate ou a movimentação da conta vinculada para quitação das verbas rescisórias dos(as) empregados(as) que comprovadamente atuaram na execução do contrato e que serão desligados em decorrência do encerramento da vigência contratual.

12.23.2 Caso haja saldo na conta vinculada após o resgate para pagamento das verbas rescisórias, os valores deverão ser utilizados para quitação das obrigações trabalhistas dos(as) empregados(as) que permanecerem na CONTRATADA, proporcionalmente ao tempo em que estiveram alocados na execução do contrato.

12.24 Na sucessão de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra com a mesma empresa, os valores provisionados durante a execução do contrato, correspondentes ao excedente do saldo da conta vinculada após a quitação das obrigações de que trata o item 12.1, poderão ser liberados em relação aos(as) empregados(as) que permanecerão alocados na prestação dos serviços do novo contrato.

12.24.1 O requerimento de liberação de valores formulado pela CONTRATADA será instruído com cálculos individualizados por empregado(a) que continuar vinculado ao novo contrato.

12.24.2 A CONTRATANTE instruirá o procedimento administrativo com planilhas analíticas dos valores depositados na conta vinculada e autorizará a liberação de valores desde que constatada a suficiência do saldo remanescente, observando-se o art. 50 da Lei nº 14.133/2021, e, no que couber, o "Caderno de Logística" sobre "Conta Vinculada" elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em 2018 e nas edições eventualmente atualizadas.

12.25. Deverão ser observadas as disposições do **ITEM 12** do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA

13.1. A **CONTRATADA** prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, nos termos previstos no artigo 96 da Lei nº 14.133/2021 e em seus incisos e parágrafos.

13.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contados da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

13.3. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

13.4. A modalidade de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 13.3;

13.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante.

13.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

13.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

13.8. A **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

13.9. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observando o máximo de 2% (dois por cento);

13.10. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o TRE-MA a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.11. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;

13.12. A garantia será considerada extinta:

13.12.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

13.12.2. No prazo de 03 (três) meses, após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação;

13.13. Após a execução do contrato, será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da **CONTRATADA** em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção dos respectivos contratos de trabalho.

13.13.1 Caso a **CONTRATADA** não logre efetuar uma das comprovações acima indicadas até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a **CONTRATANTE** poderá utilizar o valor da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução contratual, conforme obrigação assumida pela **CONTRATADA**.

13.14. Deverão ser observadas as disposições do **ITEM 4.7** do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.3. Indenizações e multas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1. As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

15.2. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

15.3. A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

15.4. As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

15.5. Deverão ser observadas as disposições do **ITEM 8** do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. As partes contratantes ratificam todas as condições preestabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, bem como na proposta da licitante, que passam a integrar o presente contrato, independentemente de transcrição.

16.2. Aplica-se a este Contrato o disposto no artigo 104, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ADOÇÃO DE MÉTODOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

17.1. Poderá ser adotada a autocomposição como método de resolução consensual de conflitos no que tange às controvérsias oriundas deste Contrato, na forma da Resolução TRE-MA nº 10.206/2024, publicada no Diário de Justiça Eletrônico do dia 16 de abril de 2024.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Maranhão, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

18.2. E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em via única e assinado pelas partes, por intermédio de seus representantes legais.

São Luís. MA, datado e assinado eletronicamente.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
MARANHÃO**

CONTRATADA

Desembargador(a)

.....

Presidente do TRE-MA

Representante da contratada

TESTEMUNHAS:

1. NOME: 2. NOME:
CIC: CIC: